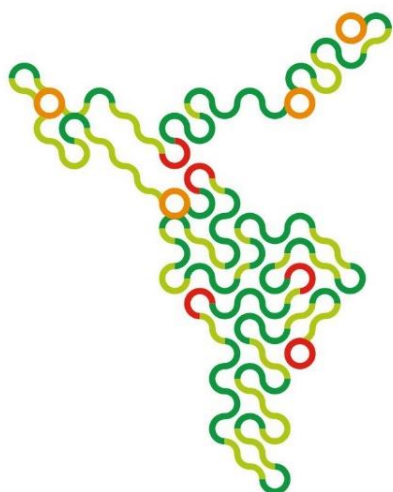


ANAIS DO EVENTO



III CONGRESSO
IBERO-AMERICANO
DE HUMANIDADES,
CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:
**Produção e democratização
do conhecimento na
Ibero-América**

22 a 25 de maio de 2018

 Apoio:



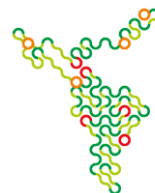
 Realização:



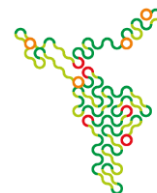
PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica



Universidade do Extremo Sul Catarinense
III Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e
Educação
Produção e democratização do conhecimento na Ibero-América

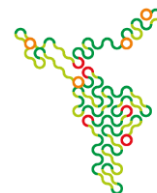


ESTADO E DESENVOLVIMENTO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA



TRABALHOS

O CONCEITO DE BEM COMUM: UMA APROXIMAÇÃO DO PENSAMENTO DE TOMÁS DE AQUINO COM O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002.....	3
Vilmar Vandresen; William Casagrande Candioto; Giovani Alberton Ascari	
POLÍTICAS DE EXPLORAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - UMA RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO INTERNA	13
Eliton Felipe de Souza	
OS FATORES DETERMINANTES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX-XXI	26
Tiago Dalla Corte	
EDUCAÇÃO PARA O INDUSTRIALISMO: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTISMO	38
Adnilson José da Silva	
A QUESTÃO DISTRIBUTIVA NO “PROGRAMA BÁSICO” DO PMDB (1980): CONTORNOS DE UM PROJETO POLÍTICO DE DESENVOLVIMENTO.....	47
Hudson Campos Neves	
SINDICALISTAS E MILITANTES: LUTA E OPOSIÇÃO ÀS REFORMAS TRABALHISTAS NA ERA VARGAS.	59
Carlos Alberto Lourenço Nunes	
O RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2015 PUBLICADO PELO PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO) - O TRABALHO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - E AS AÇÕES E REAÇÕES DO GOVERNO, EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES BRASILEIROS.	71
Adilson Aparecido Caetano da Silva; Maria José de Rezende	



O CONCEITO DE BEM COMUM: UMA APROXIMAÇÃO DO PENSAMENTO DE TOMÁS DE AQUINO COM O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002

Vilmar Vandresen¹
William Casagrande Candioto²
Giovani Alberton Ascari³

Resumo: O presente texto tem por objetivo identificar os dispositivos contidos no código Civil de 2002 em vigor que indicam, ao menos, intenções do legislador em incluir na norma civil dispositivos que se aproximam do ideário do bem comum preconizado pelo aquinate. Embora cientes de que as disposições normativas vigentes não constituem garantias de sua efetividade, entendemos importante fazer tal inventário, com a intenção de incentivar uma reflexão e a busca constante pela consecução de tal desiderato. A base da pesquisa está fundamentada no pensamento de São Tomás de Aquino, sem olvidar referências a outros pensadores, bem como outras normas que trazem, explícita ou implicitamente, o conceito de bem comum. Com este estudo, buscou-se mostrar que o sistema normativo brasileiro é bastante rico em dispositivos que apontam para o bem comum. Entretanto, embora não expressamente, o bem comum é ainda apenas um ideário que, para sua consecução, requer muita reflexão, mas principalmente tomada de consciência quanto aos direitos humanos, o que implica vontade política e ética na aplicação e interpretação das normas vigentes.

Palavras-chave: Bem. Aquinate. Código.

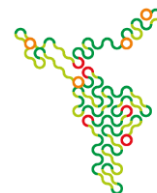
THE CONCEPT OF COMMON GOOD: AN APPROXIMATION OF THE THOUGHT OF TOMÁS DE AQUINO WITH THE CIVIL CODE OF 2002

Abstract: The purpose of this text is to identify the devices contained in the current Civil Code of 2002 which indicate at least the intention of the legislator to include in the civil standard devices that approximate the idea of the common good advocated by aquinate. Although aware that the current normative provisions are not guarantees of their effectiveness, it is considered important to make such inventory, with the intention of encouraging reflection and the constant search for the achievement of such desideratum. The basis of the research is based on the thought of St. Thomas Aquino, without forgetting references to other thinkers, as well as other norms that bring, explicitly or implicitly, the concept of the common good. With this study, we tried to show that the Brazilian normative system is quite rich in devices that point to the common good. However, although not expressly, it is still only an ideology that, in order to achieve it, requires much reflection, but mainly awareness of human rights, which implies political and ethical will in the application and interpretation of existing norms.

¹ Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans, Brasil.

² Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans, Brasil.

³ Centro Universitário Barriga Verde – UNIBAVE, Orleans, Brasil.



Key-words: Common good. Aquinate. Code.

Palavras iniciais

O presente estudo tem como objeto de reflexão o conceito de bem comum proposto pelo pensamento de São Tomás de Aquino e outros pensadores da filosofia, bem como apresenta proposições para explicar relações do referido conceito com o Código Civil brasileiro de 2002 e outras normas em vigor.

São identificados dispositivos da referida norma e de outros diplomas normativos para fins de iniciar a reflexão e esclarecer um aspecto destacado do pensamento de Tomás de Aquino sobre o tema, a saber, o aspecto da importância da lei, que interessa diretamente ao presente trabalho.

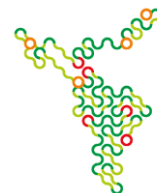
O objetivo é demonstrar aspectos do Código Civil brasileiro de 2002 que se aproximam do conceito de bem comum, procurando incentivar a busca de oportunidades e possibilidades de conhecimento para ações cidadãs efetivas e, também, contribuir para uma compreensão mais sistêmica das relações entre o pensamento filosófico e o jurídico.

A importância da Norma

A necessidade da vida humana em sociedade é uma realidade amplamente discutida ao longo da história do pensamento por meio de reflexões filosóficas, sociológicas, políticas, jurídicas e demais campos do saber.

Entretanto, a vida social sem qualquer tipo de normas reguladoras ou mesmo orientadoras se tornaria inviável, pois como já ensinava Thomas Hobbes, o homem é o lobo do próprio homem e, assim, sendo correta a assertiva hobbesiana, a necessidade de regulamentos e normas é imperativo indispensável, como forma de ordenar a vida humana em sociedade.

Cada ser humano tem sua singularidade e, por sua vez, sua natureza o inclina para uma existência com o outro da sua espécie. Aqui talvez resida um dos aspectos mais importantes da lei que, por sua dimensão objetiva, contribui para a superação do individualismo que impede a convivência humana em padrões mínimos de humanidade esperados de seres dotados de



racionalidade e consciência. Não se pode conceber o indivíduo como um ser absoluto sem considerar manifestações dos outros e para com os outros.

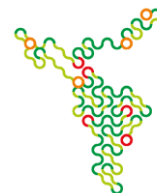
Sobre a importância da lei, Tomás de Aquino ensina que uma pessoa, considerada em sua singularidade, não pode colocar-se como senhor do outro. Assim, em situações de conflitos de interesses, cada pessoa pode no máximo advertir o outro, pois a vontade individual não goza de força coativa legítima, pois como expresso no artigo 5º, II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (adiante denominada simplesmente Constituição Federal de 1988), *“Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa, senão em virtude de lei”*. Talvez a expressão **“Lei”** devesse ser substituída por **“Norma”**, uma vez que nem todas as normas são leis. A expressão **“Lei”** não abarca, por exemplo, os decretos, os estatutos, os regimentos, os tratados internacionais incorporados, entre outras normas vigentes nas mais diversas instituições.

Em contrapartida, a sociedade reconhece o Estado como legitimado para produzir e aplicar a lei, mas segundo princípios normativos legítimos, em estrita observância ao devido Processo Legal, do Contraditório e Ampla Defesa, consagrados na referida Constituição, no artigo 5º, LIV, onde diz que *“ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”* e no inciso LV, onde diz que *“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”*.

Sobre a finalidade da lei:

O fim da lei é o bem comum. A lei deve ser escrita não em vista de um interesse privado, mas a favor da utilidade comum dos cidadãos. Portanto é necessário que as leis humanas sejam proporcionadas ao bem comum (AQUINO, 2005, p. 594).

Há outro aspecto que se pode extrair do pensamento de Tomás de Aquino, qual seja, sua consideração de que a lei funciona também com função educativa e pedagógica, pois serve como referencial básico de conduta para as pessoas, em relação a diversos aspectos atitudinais e de conduta, até porque, segundo preceito contido na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Decreto-Lei nº 4.657 de 04 de setembro de 1942, adiante denominada simplesmente LINDB em seu artigo 3º, *“ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece”*. Sendo assim, como preceito imposto a todos, a lei funciona como o mínimo a ser observado pelo homem médio (considerando o entendimento mínimo da convivência social), ficando a cargo de outros preceitos,



como os da ética, por exemplo, para orientar a conduta humana, em relação a temas ainda mais elementares ou mesmo mais complexos.

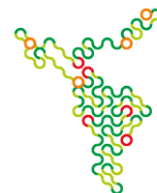
Mas, Aquino (2005) também lembra que há leis que por serem injustas e irem contra o bem comum não merecem ser chamadas de leis e não obrigam no foro da consciência. A respeito de tal reflexão do aquinate, podemos lembrar alguns personagens da história como Sócrates, Antígona, Einstein, Martin Luther King, Mahatma Gandhi e Jesus Cristo, que foram desafiadores da lei, sem, no entanto, buscarem condutas contrárias à humanidade. Quiseram eles sim, chamar a atenção para o fato de que mesmo a lei, como princípio elementar, pode ser injusta, dependendo de quem a elabora, o modo e a finalidade para a qual é aplicada. E, nesse sentido faz necessário mencionar outro preceito contido na LINDB em seu artigo 5º, qual seja, “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”, que se coaduna como mola propulsora do objetivo desse trabalho, para destacar o relacionamento do conceito de “Bem Comum”, de Tomás de Aquino com o Código Civil Brasileiro.

Aspectos indicativos do Conceito de Bem Comum na Constituição Brasileira de 1988

Uma primeira aproximação com o ideário do “Bem Comum” pode ser identificada já no artigo 1º, III, onde a Constituição destaca como Fundamento do Estado Brasileiro “a dignidade da pessoa humana”. Pelo menos enquanto ideário, tal disposição indica a necessidade de respeito pelo ser humano, independentemente de sua condição social, econômica, ou sob qualquer outro aspecto. Denota que a dignidade humana é princípio e fim, não só do sistema jurídico, mas também do próprio Estado e da sociedade.

A esse respeito, destaca-se ensinamento do Papa João Paulo II, citado por Nery Junior (2009, p. 151), ao afirmar que:

Esse reconhecimento principiológico se alicerça em valor fundamental para o exercício de qualquer elaboração jurídica; está no cerne daquilo que a Ciência do Direito experimentou de mais especial; está naquilo que o conhecimento jus-filosófico buscou com mais entusiasmo e vitalidade; é a mais importante consideração jus-filosófica do conhecimento científico do Direito; é a razão de ser da proteção fundamental do valor da pessoa e, por conseguinte, da humanidade do ser e da responsabilidade que cada homem tem pelo outro.



De acordo com Miranda (1993, p.166), a Constituição da República Federativa do Brasil tem como um dos seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, a qual revela o mais primário de todos os direitos, na garantia e proteção da própria pessoa como um último recurso, quando a garantia de todos os outros direitos fundamentais se revela excepcionalmente ineficaz, proclamando a pessoa como fim e fundamento do direito.

E a isso acrescentamos que se tal assertiva se configura verdadeira, certo também está que os ditames constitucionais se aplicam a todos, indistintamente, e isso se entrelaça com a busca do bem comum.

No mesmo sentido, ensina Ascensão (1997. P. 64) que, em face do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, pode-se dizer que a pessoa é o bem supremo da ordem jurídica, o seu fundamento e seu fim. Sendo possível concluir que o Estado existe em função das pessoas e não o contrário, a pessoa é o sujeito do direito e nunca o seu objeto.

A Constituição Federal, no artigo 3º, ao destacar os objetivos fundamentais do Estado brasileiro permite que se leia no inciso I, “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. Trata-se de um objetivo comum que deve ser pensado e dirigido para o bem comum e os próprios conceitos de justiça, liberdade e solidariedade, e por estarem insculpidos na carta constitucional devem ser referência a todos os cidadãos e não apenas para determinados extratos sociais.

No mesmo dispositivo, no inciso III, a constituição aponta outro objetivo que é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Aqui também se manifesta o Bem Comum como objetivo, pois a erradicação da pobreza e a marginalização implicam, em tese, qualidade de vida e existência digna a todos, sem que grupos ou comunidades fiquem alijados do processo e dos bens sociais. Quanto a reduzir as desigualdades sociais e regionais também se configura indicativo do tema em questão, porém como dito, são objetivos ainda não alcançados, por conta de razões múltiplas.

Para ilustrar tais afirmações, é importante destacar os dados do relatório da Organização das Nações Unidas – ONU sobre a Fome no mundo em 2016, uma vez que afetou 815 milhões de pessoas, o que corresponde a 11% da população global.

Mas, talvez entre os objetivos mais diretamente ligados ao Bem Comum, está o contido no inciso IV do dispositivo constitucional em comento, a saber, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”, que



constitui, entre os objetivos do Estado Brasileiro, o que reafirma o ideário do Bem Comum, pois traz em seu conteúdo o princípio da “não discriminação”, que por si só leva à perspectiva de consecução do Bem Comum.

A mesma Carta Constitucional, quando traça os princípios a serem observados pelo Brasil nas suas relações internacionais, destaca no artigo 4º, II, “a prevalência dos direitos humanos” e no inciso IX “a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”.

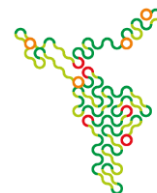
Tais dispositivos se entrelaçam com a perspectiva do direito internacional público, como por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos incorporada pelo Decreto 3.298/1999 e o Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Americana de Direitos Humanos), incorporado pelo Decreto 678 de 6/11/1992. Cumpre destacar que a incorporação destes e outros tratados internacionais foi possível em razão do disposto no artigo 5º, § 2º: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” e no § 3º: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

Com base em tais assertivas dos documentos supracitados, recorremos a Kant (2003 p.68) ao afirmar que:

O homem de uma maneira geral, todo o ser racional, existe como um fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas ações tanto nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como um fim.

Assim, quando a constituição promove a perspectiva de inserção de declarações de direitos humanos, considera o desiderato da consecução do Bem Comum não só no plano interno do Estado brasileiro quanto no contexto internacional.

A incursão pela constituição federal mostra outro dispositivo capaz de indicar traços do conceito de bem comum, como o contido no caput do artigo 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”.



Do dispositivo podem ser extraídos alguns princípios importantes. Um deles é o da igualdade jurídica, que embora se saiba que ainda se revela na sociedade brasileira muito mais sob o aspecto formal do que o material indica a possibilidade de invocação da norma, para a consecução da igualdade que considere o bem de todos.

Outro princípio, não menos importante, é o da não discriminação, inclusive entre os brasileiros e os estrangeiros aqui residentes, o que se coaduna com a incorporação dos tratados humanitários anteriormente referidos. Há de se considerar que os demais aspectos, destacados no dispositivo em comento, não só estão ligados à questão da dignidade humana, como também ao ideário do bem comum, uma vez que a expressão “todos”, que inicia o dispositivo, é designativa de referência à população considerada como universalidade de sujeitos do direito podendo-se dizer de outro modo que o conteúdo se aplica e é dirigido a cada uma das pessoas segundo a vigência e abrangência da norma referida.

A respeito da inviolabilidade do direito à vida colhe-se lição de Capello de Sousa (1995, p. 203) segundo o qual:

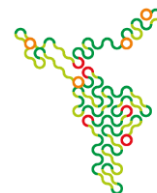
A vida humana, qualquer que seja a sua origem, apresenta-se-nos, antes de mais, como um fluxo de projeção colectiva, contínuo, transmissível, comum a toda a espécie humana e presente em cada indivíduo humano, enquanto depositário, continuador e transmissor dessa energia vital global.

Muitos outros aspectos da constituição federal permitem identificar relações com o ideário do Bem Comum, tais como o reconhecimento do direito de propriedade e a exigência de sua função social, a proteção ao consumidor, os princípios da publicidade, eficiência, moralidade e probidade administrativa, a referência ao meio ambiente como direito de todos, a proteção à família, criança, idoso, deficientes, a proteção ao patrimônio artístico, histórico e cultural, entre outros.

A presente seção do texto se propôs constituir uma introdução ao tema e também ilustrar a possibilidade de discussão envolvendo outras normas articuladas ao Bem Comum, como por exemplo o Código Civil Brasileiro de 2002.

Do Bem Comum no Código Civil Brasileiro de 2002

Além da referência feita à Constituição Federal como Norma Nacional Maior, cumpre destacar melhor o objetivo do presente trabalho que é entrelaçar o conceito de Bem Comum extraído do pensamento de Tomás de Aquino, com o Código Civil brasileiro.



Na essência, o Código Civil é norma de direito privado, embora existam entrelaçamentos com as normas de direito público, em seu artigo 421 estabelece que “a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”, indica principiologicamente que o interesse privado não pode se sobrepor ao interesse público, ou seja, de todos sem distinção.

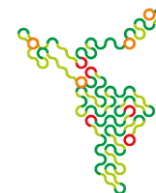
No mesmo sentido, o artigo 422 dispõe que “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”. Trata-se aqui da exigência de lealdade, retidão de comportamento, ausência de intenção de causar prejuízo a quem quer que seja, certamente se refere ao dever dos contratantes de compor seus interesses no sentido de zelarem, embora nas suas iniciativas privadas, pelo interesse e segurança patrimonial e moral das demais pessoas, em nome do Bem Comum social.

Essa noção de conduta ética e direcionada à abstenção devida quanto a causar danos a outros, também é expressa em um dos Princípios Gerais do Direito segundo o qual “ninguém é autorizado a causar dano a outrem”. Na mesma linha de raciocínio, o Código Civil em comento consagra, na sua Parte Geral, ao traçar as regras de conduta quanto aos Negócios Jurídicos em seu artigo 150 quando define que: “se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização”. Esse ditame civil consagra o repúdio do direito e da filosofia contra a ‘torpeza bilateral’ e configura no primeiro caso a ideia do bem comum público e, no segundo, o bem comum privado, também entrelaçado com pensamento filosófico de Tomás de Aquino.

No mesmo diapasão, o Código Civil confirma a perspectiva do Bem Comum quando estatui no artigo 927 que “aquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Bem como afirma, no parágrafo único do mesmo dispositivo, “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Ao destacar a expressão “outrem”, o diploma legal referido não faz qualquer distinção, no sentido de autorizar atos lesivos a qualquer que seja, pessoas físicas ou jurídicas, muito menos à sociedade, o que se coaduna perfeitamente com o bem comum preconizado. O Código Civil contempla ainda muitos outros dispositivos relacionados ao tema em discussão que podem ser objeto de novas investigações.

Considerações Finais



Muito se fala que o problema do Brasil é político e econômico, mas apresenta também evidências de um problema ético, de moralidade, visto que, se os princípios éticos constituídos na atual sociedade fossem exequíveis, consequentemente poderíamos vislumbrar melhores condições políticas e econômicas. Está claro que o tema aqui abordado requer um maior aprofundamento não só mediante uma incursão na própria Constituição Federal e no Código Civil, mas também em muitos outros diplomas legais vigentes no Brasil, como também a literatura sobre a temática. Mas, os aspectos aqui abordados podem servir como pequenas bússolas indicativas de um possível caminho na direção do Bem Comum, a partir do sistema jurídico brasileiro. Com este estudo buscou-se mostrar que o sistema normativo brasileiro é bastante rico em dispositivos que apontam para o Bem Comum. Entretanto, como referimos anteriormente, embora não expressamente, o bem comum é ainda apenas um ideário, que para sua consecução, requer muita reflexão, mas principalmente consciência, quanto ao valor do ser humano e vontade política e ética na aplicação e interpretação das normas vigentes.

Referências

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Loyola, 2005. v. IV.

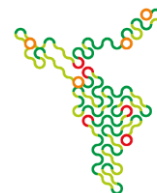
ASCENSÃO, José de Oliveira. **Teoria geral do direito civil**. Coimbra: Editora
Coimbra, 1997.

BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: *Disponível em:*
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso
em: 03 de jan. de 2016.

BRASIL, Código Civil Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em < Acesso em: 10 de maio. de 2018.

BRASIL, Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942 – Lei de

Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm> Acesso em: 03 de jan. de 2016.

CAPELLO DE SOUZA, Rabindranath. **O direito geral de personalidade**. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2003.

MIRANDA, José. **Manual de direito constitucional: direitos fundamentais**. Coimbra: Coimbra Editora, 1993.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Constituição Federal comentada e legislação constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2009.



POLÍTICAS DE EXPLORAÇÃO NA AMÉRICA LATINA - UMA RELAÇÃO DE DOMINAÇÃO INTERNA

Eliton Felipe de Souza, historiador, mestre em sociologia política, doutorando em história pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/PósGraduação. Código ORCID: orcid.org/0000-0002-4534-0987. E-mail: elitonfelipe@gmail.com.

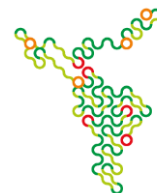
Resumo: Este trabalho pretende compreender as relações de dependência que subjugaram as populações latino-americanas não apenas externamente, mas internamente. Particularmente, no contexto histórico cá delimitado, da imposição de uma ditadura militar no Brasil, a pretensão é a de mostrar que entre a exploração imperialista dos Estados Unidos e os golpes militares na América Latina havia políticas de Estado praticadas pelos ocupantes do poder brasileiro ambicionando garantir-lhes o papel de potência regional em oposição a outra poderosa nação da América do Sul, a Argentina. Para isso, foram coletadas e analisadas mais de 300 páginas de documentos de diferentes acervos. Procuramos, portanto, destacar a atuação política dos chefes militares brasileiros na relação com países da América Latina, sob os quais o governo do Brasil ganhou relevância e importância nos interesses diplomáticos e políticos que mobilizaram para competir por maior hegemonia regional na disputa com a vizinha Argentina.

Palavras-chave: América Latina; Ditadura Militar; Relações Internacionais; Relações de Poder; Diplomacia.

Exploration policies in Latin America - A relationship of internal domination

Abstract: This paper intends to understand the relations of dependence that have subjugated the Latin American populations not only externally, but internally. Particularly in the historical context of the imposition of a military dictatorship in Brazil, the pretension is to show that between the imperialist exploitation of the United States and the military coups in Latin America there were State policies practiced by the occupants of Brazilian power, the role of regional power in opposition to another powerful nation of South America, Argentina. For this, more than 300 pages of documents from different collections were collected and analyzed. Therefore, we seek to highlight the political performance of the Brazilian military leaders in relation to Latin American countries, under which the Brazilian government gained relevance and importance in the diplomatic and political interests that mobilized to compete for greater regional hegemony in the dispute with neighboring Argentina.

Keywords: Latin America; Military Dictatorship; International Relations; Power Relations; Diplomacy.



Introdução – Uma América Latina ditatorial

Os golpes de Estado ocorridos na América Latina durante o século XX, mantiveram a supremacia do modo de produção capitalista, impedindo o surgimento de governos capitalistas independentes e/ou mudanças no caminho do socialismo e do comunismo. No contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos apoiaram financeira e militarmente, com instrução militar e ideológica, além de ajuda material aos setores políticos e econômicos que se alinhavam aos interesses estratégicos estadunidenses na região. Para isso, Washington fez uso de programas de assistência, assim como de missões de serviços de inteligência, constantemente respaldados diplomaticamente (Padrós, 2009, p. 24).

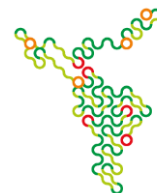
Com o fim da segunda guerra, os Estados Unidos pretendiam expandir o poder pelo globo e era fundamental que a América Latina se tornasse o quintal da Casa Branca, impedindo o avanço de outros países americanos. Já em 1946, por exemplo, antes mesmo das ditaduras começarem a se instalar pelo continente, o governo estadunidense tentou impor a própria vontade sobre a política argentina, mas “apesar das pressões [...] Perón foi eleito com uma votação contundente, obtendo 56% dos votos” (Neto, 2015, p. 477), e o governo estadunidense foi obrigado a recuar.

Apesar disso, para evitar a crescente organização popular nos países latinos e impedir que ações como a vitória dos guerrilheiros cubanos de Sierra Maestra, em 1959, servissem de exemplo, os Estados Unidos auxiliaram no desencadeamento de ditaduras pelo continente, como a chilena (1973-1990), a uruguaia (1973-1985), na Bolívia, onde ocorreram golpes em 1964, 1971, 1980, 1981 e mais três governos militares até outubro de 1982.

Brasil e Argentina – Uma disputa revelada

Ainda que a tentativa de integração dos países da América do Sul tenha estado em pauta durante todo o século XX, isso não impediu que os dois maiores do continente continuassem em permanente disputa, construindo alianças com as nações vizinhas, fosse por meio de acordos políticos e econômicos ou pela imposição militar.

De acordo com Candeas (2005, p. 01), “a história dos laços bilaterais [entre Brasil e Argentina] revela que as relações se iniciam sob o signo da instabilidade estrutural no século XIX” e



as aproximações entre os dois países “ocorreram até os anos 1970 de forma irregular”, com ações de aproximação e afastamento de ambos os lados.

Dentro dos limites impostos pelo imperialismo estadunidense nações como Brasil e Argentina procuraram estabelecer uma relação de domínio junto aos países vizinhos e como resposta à ameaça à hegemonia imperialista na América, militares brasileiros, iniciaram tentativas de derrubadas de governos eleitos democraticamente no Cone Sul.

Quando o General Augusto Pinochet tomou o poder, em setembro de 1973, os militares brasileiros haviam derrubado o presidente João Goulart havia nove anos, os partidos políticos do país já tinham sido extintos, o AI-5 estava em vigor reprimindo violentamente os brasileiros contrários ao golpe e a ditadura brasileira estava em seu terceiro ditador. Ou seja, o governo tupiniquim tinha experiência suficiente para auxiliar os colegas hispânicos.

Em 1966, antes mesmo de Salvador Allende chegar a presidência do Chile, a ditadura brasileira se preocupava com o avanço político do país vizinho. Em reunião do Conselho de Segurança, o então chanceler brasileiro, Juracy Magalhães relatou a conversa que teve com o colega chileno, Gabriel Valdez. Na ata da reunião fica clara a preocupação com o fato de o Governo Frei agir “muito em função do partido comunista local, que é muito forte, representando cerca de 30% do eleitorado chileno¹”. Magalhães segue afirmando que em caso “de uma vitória do partido comunista nas futuras eleições, ainda longínquas, se o Governo Frei não conseguir realizar as aspirações do povo chileno [...] seria o caso de ter a possibilidade do hemisfério agir em benefício do Chile². Segundo o chanceler, Valdez estava “convencido de que, se o partido comunista se tornasse majoritário, as forças vivas da Nação agiriam no Chile, como agiram no Brasil e na Argentina³”. Além disso, a reunião entre os chanceleres deixou claro que só seria possível uma integração econômica latino-americana se esta estivesse sob a liderança clara e ostensiva do governo brasileiro⁴.

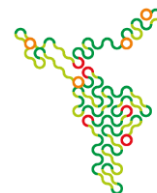
Segundo documentos estadunidenses, divulgados em 2009, os Estados Unidos só aceitaram dar apoio financeiro aos militares chilenos após uma reunião entre o Presidente Richard Nixon e o ditador brasileiro, Emílio Garrastazu Médici, na Casa Branca, em 1971. Nesses documentos, fica evidente a parceria entre os dois governos para intervir em países da América Latina, como Chile e Cuba, evitando novos Allendes e Castros (SOUZA, 2014, p.

¹ Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 39., 1966, Brasília. *Arquivo Nacional*. Brasília, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/6Mt7hu> acessado em 13/03/2014. p.7

² Idem.

³ Idem.

⁴ Idem.



06).

De acordo com Henry Kissinger, responsável por relatar a reunião entre os dois chefes de Estado, Nixon inquiriu Médici sobre a capacidade dos militares chilenos para derrubarem Allende e o ditador brasileiro teria deixado claro que o Brasil estava trabalhando para este fim.

Em certo ponto da conversa, Nixon parecia depositar total confiança em Médici, dizendo que “Os Estados Unidos não poderiam tomar uma direção, mas se os brasileiros [...] precisassem de dinheiro ou outro auxílio discreto, os Estados Unidos seriam capazes de torná-los disponíveis. Isto deveria ser realizado na maior confiança” Segundo Kissinger “era muito importante que o Brasil e os Estados Unidos trabalhassem em estreita colaboração” [nossa tradução]⁵.

Não demorou muito para que as forças armadas chilenas tomassem o poder, tornando inevitável fazer ligações entre as ditaduras do Brasil e do Chile. Há referência, por exemplo, de que Brasília financiou políticos opositores durante o mandato de Allende:

"Ganamos!" Con esta palabra el entonces embajador de la dictadura militar brasileña en Chile, Antonio Candido da Camara Canto, conmemoró el triunfo del golpe militar de Pinochet, para el cual, tanto él como el gobierno militar de Brasil habían trabajado intensamente. [...] Destinado a Chile entre 1968 y 1975, Camara Canto estableció estrechas relaciones con altos miembros del Ejército y la Marina y, después del golpe, fue el primer diplomático en reconocer a la Junta Militar de Pinochet. Camara Canto llegó a recibir del asesor de la Junta Militar, Alvaro Puga, el reconocimiento: "Era un hombre que estaba de nuestro lado" (KRISCHKE, 2017, p. 03).

Da mesma forma, os ditadores brasileiros mantiveram uma relação de ajuda mútua com Augusto Pinochet, trocando apoio às candidaturas de ambos os países em organismos internacionais.

Um dos desdobramentos dessa política de aproximação entre a ditadura brasileira e a chilena foi a participação do Brasil na criação da Operação Condor⁶, oficializada em 1975, em Santiago, no Chile.

A ditadura brasileira foi responsável pela instrumentalização da Condor por meio, por exemplo, dos cursos da Escola Superior de Guerra (ESG), reiniciados em 1965, e pela Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1973, responsável pela formação de quadros das forças de segurança. Entre eles o conhecido torturador chileno, Osvaldo Enrique Romo Mena. O governo

⁵ National Security Archive Electronic Briefing. Brazil Conspired with U.S. to Overthrow Allende. Disponível em: <http://goo.gl/rm0mPp> acessado em 10/08/2013.

⁶ O condor andino é a segunda maior ave voadora do mundo, possuindo a terceira maior envergadura, com 3,2 metros, chegando a pesar 14 quilos e podendo voar 300 km por dia. Além disso, é o pássaro símbolo do Equador, Colômbia, Chile e Bolívia, estando presente nos brasões destes países.



brasileiro promovia conferências e troca de materiais produzidos pela repressão como o *Diccionario de Termos e Expressões, Nomes e Siglas Utilizados pelos Subversivos Terroristas*, descoberto junto ao *Archivo del Terror*, no Paraguai. O dicionário foi elaborado pelo delegado da Polícia Civil Edsel Magnotti (Krischke, 2017, p. 01).

O Uruguai passou por 12 anos de governo militar, entre 1973 e 1985, onde a Doutrina de Segurança Nacional foi aplicada contra os subversivos com o apoio do governo brasileiro:

E quando os militares finalmente deram, em 1973, o golpe de estado, ultimando o processo de implantação da ditadura, o Brasil, que influíra direta ou indiretamente para esse desfecho, enviou ao Exército do Uruguai centenas de veículos, tais como caminhões e carros Volkswagen, em uma operação da ordem de US\$ 815.000, enquanto a Argentina fornecia automóveis para a Polícia, bem como gasolina e querosene da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (BANDEIRA, 2003).

Em 23 de setembro de 1971, no entanto, o governo brasileiro já se preparava para intervir em Montevideú. Um telegrama trocado entre a embaixada brasileira em Buenos Aires e Brasília informa que o governo argentino estava a par das intenções brasileiras, mas, diferente do que ocorrera em relação a Bolívia, não pretendia participar daquela ação:

O exército argentino deu, na medida de suas possibilidades, apoio ao movimento que levou o Coronel Banzer a chefia do governo da Bolívia. No que se refere a situação do Uruguai, o adido dos Estados da América⁷ (Sic) é de opinião que os oficiais argentinos estão convencidos de que a hipótese da intervenção armada brasileira no Uruguai (caso a Frente Ampla triunfe nas eleições) vem sendo estudada por nosso exército. Caso isso se efetivasse, sempre segundo Stapleton, o exército argentino não estaria em condições de apoiar a iniciativa brasileira em vista das condicionantes da situação política interna daqui⁸.

Ocorrido o golpe dois anos depois, o delegado Sérgio Paranhos Fleury, da Divisão da Ordem Política e Social de São Paulo – DOPS, foi destacado para ajudar a formar, em solo uruguaio, um esquadrão da morte para liquidar os militantes do Movimiento de Liberación Nacional Tupac Amaru.

Com o tumultuado cenário político boliviano de finais dos anos 1960, depois de uma série de tentativas de golpes militares, em 07 de outubro de 1970 chegou ao poder o General Juan José Torres Gonzáles. Este tinha sua base de apoio estabelecida entre os trabalhadores e os movimentos

⁷ Coronel Stapleton, adido dos Estados unidos em Buenos Aires, comunicou o embaixador brasileiro Antonio Francisco Azeredo da Silveira, sobre a reunião entre Lanusse e os generais argentinos para decidir os rumos da política externa em relação a Brasil e Uruguai.

⁸ Embaixada do Brasil em Buenos Aires. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 2f. Situação político-militar. Relações com o Brasil. Situação do Uruguai. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. *Acervo referente às embaixadas brasileiras*. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017b. 2p.



populares. O avanço das políticas populares desencadeou a formação da Assembleia Popular dia 1º de maio de 1971, com 221 delegados entre camponeses, operários, setores da classe média e partidos políticos. No entanto, os setores da reação boliviana conspiravam contra o governo, antes mesmo deste estar completamente estabelecido e no centro dessa conspiração encontravam-se os militares brasileiros. Ofício da II Seção do Estado Maior do Exército e da II Seção do Estado Maior da Aeronáutica, produzido para a Divisão de Segurança e Informação do Ministério de Relações Exteriores, classificado como Secreto-Urgentíssimo e datado de 03 de agosto de 1970, revela que “altos Chefes militares [bolivianos] já se convenceram da impossibilidade de levarem o Presidente [Alfredo] Ovando [Candia] a descartar-se de seus compromissos com os comunistas e que por isso estão estudando a sua substituição”⁹.

O documento é concluído afirmando que a aliança entre as FFAA dos dois países “representarão um fortalecimento das Forças Armadas deste país para sua dupla missão de combater o movimento guerrilheiro e eliminar a influência do comunismo”¹⁰. O peso da informação foi tão grande que suscitou a produção de um estudo emitido em 14 de agosto de 1970 com o título de Estudo Especial N° 075/SG-1/70 e outro em 04 de setembro do mesmo ano, com o nome de Estudo Sucinto N° 080/SG-1/70 sobre a situação política boliviana, e um terceiro documento, este taxado como Ultrassecreto, produzido em 13 de outubro de 1970, no qual em três páginas o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Almirante de Esquadra Murilo Vasco do Valle Silva, solicita aos Ministros da marinha, exército e aeronáutica uma resposta rápida sobre de que maneira cada ministério poderia contribuir nas questões envolvendo a Bolívia¹¹.

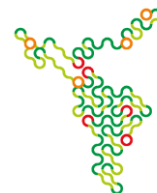
As mudanças no cenário político boliviano eram um perigo real aos intentos brasileiros na região, pois:

A importância da Bolívia, naquele momento, fica clara quando se observa “o interesse brasileiro em assegurar na América Latina fontes de energia integradas à sua economia por meio da oferta de vultuosos investimentos [...] para a construção de um gasoduto e um polo siderúrgico na fronteira dos dois países” (LESSA, 1994, p. 16).

⁹ Embaixada do Brasil em La Paz – Secretaria de Estado das Relações Exteriores. [Telegrama] 03 ago. 1970, Brasília [para] II Seção do Estado Maior do Exército e II Seção do Estado Maior da Aeronáutica. Brasília. 2f. Situação político-militar na Bolívia. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Acervo da Ditadura Militar*. Brasília: Arquivo Nacional, 2017, 2p.

¹⁰ Ibidem, p. 03.

¹¹ Estado Maior das Forças Armadas. [Ofício] 03 out. 1970, Brasília [para] Secretário Geral de Segurança Nacional. Brasília. 3f. Aviso N° 35 PA-2 267. In: Arquivo Nacional – Ministério da Justiça e Segurança Pública.. *Acervo da Ditadura Militar*. Brasília: Arquivo Nacional, 2017, 3p.



Para se ter uma ideia, até janeiro de 1956, quando foi inaugurada a estrada de ferro entre Santa Cruz de la Sierra e Corumbá, no Mato Grosso, os bolivianos dependiam inteiramente do porto de Buenos Aires para escoar as exportações do país. Com a construção da ferrovia, a Bolívia aproximou-se do governo brasileiro, passando a ter novas opções e acirrando a disputa Argentina/Brasil.

Outro país que viu no Brasil uma nova saída para escoar seus produtos foi o Paraguai. Ainda na década de 1950 o governo brasileiro passou a estreitar as excelentes relações que possuía com o ditador Stroessner. Além disso, com a construção da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, e da rodovia Coronel Oviedo os paraguaios encontravam uma nova saída para o mar, liberando-se dos braços argentinos.

Se o Brasil mantinha o Paraguai sobre sua zona de domínio, por outro lado, em 1959, o Partido Colorado uruguaio, aliado do Brasil desde 1864 e que comandava o país havia 95 anos, fora derrotado pelo Partido Nacional, abrindo caminho para a expansão dos objetivos argentinos na região:

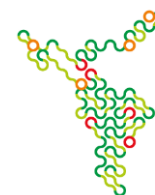
O Brasil, cujas atenções se concentravam sobre o Paraguai e a Bolívia, não se preocupou com a mudança na política interna do Uruguai, onde a Argentina, aproveitando a oportunidade, começou a desenvolver agressivo e incansável trabalho de aproximação e penetração, de modo a atraí-lo para sua órbita, submetê-lo à sua hegemonia e recompensar a redução que sofrera seu predomínio sobre outros países da região (Ibidem, p. 291-292).

Com a chegada dos militares ao poder no Brasil, em 1964, as ações dos governos brasileiro e argentino foram elevadas a outro nível, inclusive com a conspiração para a derrubada de presidentes eleitos em países da América do Sul, fazendo com que, além do Paraguai, como vimos, Chile, Bolívia e Uruguai passassem a gravitar cada vez mais em sua órbita.

Mas o principal foco de tensão entre Argentina e Brasil se dava em torno da utilização da Bacia do Prata, na qual ambos tinham pretensões no campo energético como forma de garantir o crescimento industrial a partir da construção de usinas hidrelétricas.

Na verdade, a contenda sobre a utilização do rio se estendia desde a Guerra do Paraguai, no século XIX, quando a disputa se dava em torno da navegação. Foi, inclusive, ao final do conflito que a Argentina se consolidou como uma potência capaz de fazer frente ao Brasil:

Foi durante esse último conflito armado que a estrutura regional de poder até então conhecida atravessou as mudanças que consolidariam, pela primeira vez, a preeminência de Buenos Aires no Prata. O fim da Guerra do Paraguai definia um novo quadro em que a Argentina sobressaía pelo inédito crescimento financeiro do capital privado, o rearmamento de suas forças e a articulação de seus interesses na América do Sul mediante uma vasta rede de relacionamentos bilaterais fluidos (SPEKTOR, 2002, p. 120).



A rivalidade entre os dois vizinhos crescia em torno dos rios e enquanto a Argentina utilizava o direito internacional na tentativa de barrar os avanços brasileiros, o governo do Brasil “não admitia equacionar [o aproveitamento dos rios] em termos incompatíveis com seus interesses nacionais” (Bandeira, 2010, p. 408).

O governo Argentino procurava impedir os intentos do Brasil para conseguir os empréstimos estrangeiros necessários para a utilização do potencial do Rio Paraná:

A Argentina deve se opor, nos organismos financeiros internacionais, a nossos pedidos de crédito para obras no Paraná. Assim, o projeto Iguazu, no momento, não deve ser considerado e, os estudos conjuntos no Uruguai devem aguardar melhor clima político e mostras de maior seriedade de conduta por parte da Argentina quanto a troca de informações¹².

Os argentinos receavam que com a construção conjunta da Usina de Itaipu, entre Brasil e Paraguai, com capacidade de produção de 11.000 Mw, mais do que os 7.000 Mw produzidos em toda a Argentina, a cidade de Foz do Iguaçu tornasse-se um novo polo industrial na fronteira aprofundando o desequilíbrio econômico entre os países do Cone Sul.

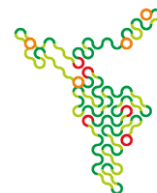
A Argentina, destarte, não obteve qualquer concessão do Brasil, que continuou a rejeitar a obrigatoriedade da consulta prévia para a construção de obras em rios internacionais de curso sucessivo. E os dois países, além de alguns acordos de cooperação, apenas firmaram [em 1972] uma declaração conjunta, reconhecendo que todos os povos tinham igual direito de ver realizado seu ideal de paz e prosperidade, de acordo com as suas respectivas instituições, o que se afigurou como adesão do Brasil ao pluralismo ideológico, apregoado pela Argentina (BANDEIRA, 2010, p. 412).

Evidentemente que o acordo não fora levado adiante pelo governo brasileiro que apoiou e viabilizou a sequência de golpes de Estado que ocorreriam nos países da América do Sul nos anos seguintes:

A situação que se delineou não foi favorável para o governo argentino na medida em que o apoio brasileiro aos golpes de estado nesses países trouxe-os para sua órbita de influência, ao qual se somou o Chile, formando um cordão de isolamento ao país platino (ANSELMO; Teixeira, 2011, p. 16).

Estes golpes ampliaram o poder da ditadura brasileira sobre os argentinos na luta pela hegemonia no continente, já que junto com os novos governos estabeleciam-se, também, acordos e tratados favorecendo a ditadura brasileira.

¹² Embaixada do Brasil em Buenos Aires. [Telegrama] 26 jun. 1971, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 5f. Argentina, política em relação ao Brasil. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. *Acervo referente às embaixadas brasileiras*. Brasília: Arquivo do Itamaraty, 2017a. 5p.



Além disso, os generais brasileiros faziam questão de impedir quaisquer intentos argentinos de ampliar a sua atuação junto aos outros países da América do Sul.

Em setembro de 1973, apenas doze dias após o golpe de Pinochet, no Chile, Juan Domingo Peron voltou à presidência da Argentina com 62% dos votos, depois da renúncia de Héctor Cámpora. Como medida imediata, querendo de reestabelecer o poder regional, Peron passou a visitar os países vizinhos na tentativa de conseguir acordos que favorecessem o seu país. Com pouco mais de um mês de volta à Casa Rosada, Peron viajou para Montevidéu, onde propôs ao colega Juan Maria Bordaberry a união aduaneira entre os dois países, imediatamente rechaçada pelo Brasil.

A relação entre os dois governos atingiu o máximo de tensão quando, em julho de 1977, a junta militar que tomou o poder na Argentina em 24 de março de 1976 interditou o túnel Cueva-Caracoles, na Cordilheira dos Andes, para o tráfego de caminhões pesados que transportavam mercadorias do Brasil para o Chile¹³. O governo brasileiro, por sua vez, encarou o ocorrido como uma retaliação por conta das questões envolvendo Itaipu e como resposta fechou as fronteiras a 80% da frota de caminhões argentinos. O impasse, chamado de “Guerra de los camiones” pela imprensa sul-americana, caso registrado pelo jornal ABC, de Assunção no Paraguai, por exemplo¹⁴, se estendeu até o dia 25 de agosto, quando a Argentina decidiu liberar a passagem dos caminhões brasileiros.

O ânimo entre os dois poderosos só se acalmou quando outra ameaça surgiu. Enquanto Brasil e Argentina disputavam o uso da Bacia do Prata, a Argentina tinha problemas para resolver com outro vizinho, o Chile. Ambos queriam controlar o Canal de Beagle e o conflito chegou ao ponto da guerra iminente¹⁵. O governo argentino não aceitava o Laudo Arbitral de 1977, quando o Tribunal

¹³ Segundo matéria do jornal Folha de São Paulo, de 25 de agosto de 1977, o túnel foi fechado para países terceiros depois que o governo do General Videla endureceu a política externa do país, justamente por conta da construção de Itaipu. Segundo a Folha, em julho de 1977, o comandante-chefe da Armada argentina, Almirante Emílio Massera, visitou o Paraguai para pressionar Stroessner.

¹⁴ Embaixada do Brasil em Buenos Aires. [Recorte de jornal] 26 de ago. de 1977, Buenos Aires [para] Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Brasília. 1f. Jornal ABC. Con una tregua honrosa, concluyó la “Guerra de los camiones” entre la Argentina y Brasil. In: Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Ministério das Relações Exteriores. Acervo referente às embaixadas brasileiras. Brasília: *Arquivo do Itamaraty*, 2017c. 5p.

¹⁵ Os dois países requisitaram à Grã-Bretanha um laudo que determinasse as fronteiras. O governo britânico, então, formou uma equipe com cinco juristas de países diferentes definindo “que pertenecen a la República de Chile las islas Picton, Nueva y Lennox, conjuntamente con los islotes y rocas inmediatamente adyacente a ellas” [Dipublico. *Laudo Arbitral de su Majestad Britanica Isabel II*. (18 de abril de 1977) Partes, Presentación y Disposiciones Finales. Disponível em: <https://www.dipublico.org/7014/laudo-arbitral-de-su-majestad-britanica-isabel-ii-18-de-abril-de-1977-partes-presentacion-y-disposiciones-finales/> acessado em: 10/10/2017], o laudo foi repudiado por Buenos Aires, pois “según la Argentina, el principio de 'UTI possidetis Juris' de 1810, obraba a su favor: [...] Argentina era soberana de todo el litoral atlántico, desde el Río de la Plata hasta el Cabo de Hornos, incluyendo [...] cualquiera tierra que tuviera frente al Océano



internacional considerou as ilhas chilenas, dando ao governo de Pinochet o desejado acesso ao oceano Atlântico.

Para o governo de Buenos Aires, no entanto, era impossível manter um conflito em duas frentes, com o Brasil, em Itaipu, e contra o Chile, em Beagle. Como resultado, no fim de 1978, a junta militar de Buenos Aires cedeu às exigências brasileiras aceitando a cota de 105 m de queda para a produção da Usina de Corpus e em 19 de outubro de 1979, os dois países, e o governo Stroessner, assinaram o Acordo Tripartite, encerrando a contenda.

Durante todo esse conflito, os dois países investiam pesado na tentativa de possuir a bomba atômica. O Brasil por meio do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha de quem obtinha a transferência do ciclo completo do enriquecimento de urânio, produção do elemento combustível e reprocessamento e a fabricação de reatores para que pudessem fabricar os submarinos nucleares que desejava, além da própria bomba caso intentasse. No outro lado, os argentinos utilizavam o Plano Europa:

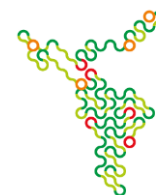
Voltando-se para a CEE [Comunidade Econômica Europeia], em busca de armamentos mais modernos, e não só protegeu e ampliou sua própria produção, através da empresa estatal – Fabricaciones Militares – como optou pela utilização de urânio natural, refrigerado e moderado com água pesada, na usina atômica de Atucha, a fim de não depender de tecnologia estrangeira. Sua intenção era adquirir capacidade nuclear, que lhe permitisse resolver favoravelmente aos seus interesses as questões com o Brasil (Itaipu-Corpus), Chile (Canal de Beagle) e Grã-Bretanha (Malvinas/Falklands) (BANDEIRA, 2010, p. 417).

Com o fim do conflito, rapidamente, o superavit comercial entre Brasil e Argentina disparou em favor dos brasileiros¹⁶, garantindo ao país a posição de potência hegemônica na região há tanto tempo disputada pelas duas nações.

Algumas considerações

Atlântico” [Corporación defensa de la soberanía. *Estudios históricos y políticos para la defensa del patrimonio territorial chileno*. Disponível em: <http://www.soberaniachile.cl/controversias/arg/articulo0023.html> acessado em: 10/10/2017]. Por meio do “Operativo Soberanía”, os militares argentinos decidiram, então, partir para a hostilidade e chegaram a cruzar a fronteira com o Chile, adentrando três quilômetros no território vizinho, ao mesmo tempo, do outro lado da fronteira, Pinochet tinha 10 mil soldados preparados para atacarem a usina nuclear de Atucha. O conflito só não foi pior porque houve a intervenção do Vaticano que fez com que Buenos Aires desistisse da guerra e trouxesse os militares de volta para casa.

¹⁶ Segundo Hirst [1988, p. 56], em 1980, 72,5% das exportações brasileiras para a Argentina eram de manufaturados, enquanto das vendas do país vizinho apenas 31,6% correspondiam a produtos industriais. Três anos depois esses números caíram, mas continuaram favoráveis aos brasileiros: as exportações passaram para 14,8% e as importações para somente 3,7%.

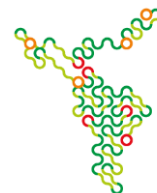


Quando Eduardo Galeano escreveu *As veias abertas da América Latina*, em 1971, utilizou dados econômicos, históricos e sociais dos 500 anos entre a chegada dos europeus ao continente e o período em que escrevia o livro para tentar compreender a situação dos governos latino americanos naquele momento. Também não deixou de abordar o papel dos governos instituídos na região no processo de exploração de seus próprios povos e nas disputas por hegemonias sobre as nações mais débeis. Contudo, ainda que de modo não intencional, a imagem de um continente submetido à vassalagem internacional e à constante destruição de suas riquezas naturais e culturais desde os primórdios da colonização europeia até a proeminência estadunidense destaca-se e é o que a maioria dos leitores retém da leitura.

No entanto, as forças internas de dominação na América Latina não deixaram de estar presentes no processo que Galeano procurou denunciar. Uma das discussões que parece ter influenciado Galeano ao longo da escrita de sua obra foi aquela derivada dos debates em torno do que ativistas e intelectuais passaram a denominar de “subimperialismo” e que o autor utiliza para descrever a relação de dupla exploração do Paraguai, padecendo sob o imperialismo estadunidense e o subimperialismo brasileiro como uma “colônia de colônias” (Galeano, 2010, p. 137); como um imperialismo de segundo grau, expresso pela participação de soldados paraguaios na República Dominicana, em 1965, a mando do governo estadunidense, mas sob o comando de um general brasileiro (Ibidem, p. 138); e que havia no Brasil dos militares a intenção subimperialista sobre os vizinhos. “Um elenco militar de importante gravitação postula o país como o grande administrador dos interesses norte-americanos na região, e chama o Brasil para exercer, no Sul, uma hegemonia semelhante a que, frente aos Estados Unidos, o próprio Brasil padece” (Ibidem, p. 182).

Nesse artigo foram apresentados elementos sociais e históricos mobilizados pela ditadura brasileira na disputa hegemônica com a Argentina para configurar relações de dependência e dominação nas suas correlações internas, principalmente atentando para as estratégias nacionais de desenvolvimento capitalista.

A partir da análise documental e da revisão de vasta bibliografia sobre o tema, fica claro que entre a exploração imperialista dos Estados Unidos e os golpes militares na América Latina havia políticas de Estado praticadas pelos ocupantes do poder nos dois países que ambicionavam garantir-lhes o papel de potência regional.



Portanto, depois de seus respectivos processos de independência e em conjunto com disputas geopolíticas no âmbito da América do Sul, os governos brasileiros e argentinos mediram forças e se envolveram em conflitos de modo a cada qual se sobressair como a potência hegemônica na região. Durante o período da ditadura militar brasileira esta situação não foi diferente, pelo contrário, a partir do que apontamos aqui, ficou claro que entre os militares os intentos de conquista e controle da América do Sul estavam presentes e existiam como política de Estado.

6. REFERÊNCIAS

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; TEIXEIRA, Vinicius Modolo. América do Sul: o papel dos conflitos na perspectiva de integração do continente. *Horizonte científico*. Uberlândia, vol 5, nº 2, Dez./2011, p. 02-28.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois. *Espaço Acadêmico*. Maringá, N. 28, set., 2003.

_____. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*, 1870-2007. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

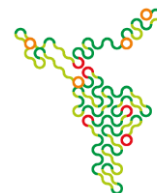
CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. *Revista brasileira de política internacional*. Brasília, vol.48 no.1, Jan./June 2005.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

HIRST, Monica. Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil. *Revista de economia política*. São Paulo, vol. 8, n. 3, jul/set 1998, p. 55-72.

KRISCHKE, Jair. Brasil y la Operación Condor. Disponível em: encurtador.com.br/hlwAU acessado em: 14/10/2017.

LESSA, Antônio Carlos. *Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do nacional-desenvolvimentismo: estratégias de diversificação de parcerias (1974-1979)*. 1994. 117. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB), Brasília, 1994.



NETO, Sydenham Lourenço. A Conferência do Rio de Janeiro e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca: Conflitos na construção do sistema interamericano. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, vol. 7, n. 3, set/dez, 2015, p. 473-489.

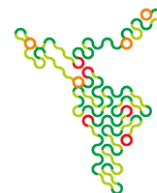
PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia: doutrina e segurança nacional. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28 N.48, Jul/Dez., 2012, p. 495-517.

_____. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. *Organon*, Porto Alegre, n. 47, jul/dez 2009, p. 115-138.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). *Revista Brasileira de Política*, vol 45, n. 1, 2002, p. 117-145.

SOUZA, Eliton Felipe de. Operação Condor: O cone sul nas asas do terror. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA, 05., 2014, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal de Curitiba, 2014, p. 01-14.

SOUZA, Sirlei. Resistência em tempos sombrios. In: THIAGO, Raquel S. (Org.). *Tempos de Joinville*. Joinville: Editora da Univille, 2008. p. 101-105.



OS FATORES DETERMINANTES PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA NA TRANSIÇÃO DOS SÉCULOS XX-XXI

Tiago Dalla Corte¹

RESUMO:

O presente estudo aplica os aportes teórico-conceituais da história regional para discutir o processo de internacionalização da agricultura brasileira entre os séculos XX e XXI. Para tanto, investiga os fatores determinantes para o processo de internacionalização da agricultura brasileira face ao período de transição de conjunturas ocorrido na década de 1990. É através da relevância do movimento de internacionalização da agricultura, a partir do qual o setor passou a se caracterizar como um dos mais dinâmicos da economia brasileira, que se justifica o estudo. Em sua análise, levantam-se alguns questionamentos sobre o ambiente econômico brasileiro e o impacto das suas reformas sobre o setor, bem como sobre a influência da aceleração do processo de globalização em relação ao processo de internacionalização. Procura-se, assim, identificar o elemento fundamental para a consolidação do referido processo, apresentando-se a elevação dos preços internacionais e, conseqüentemente, dos preços finais ao produtor como os fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira. Dessa forma, através do método de abordagem dedutivo, busca-se investigar a internacionalização da agricultura brasileira na transição do século XX para o XXI.

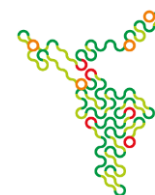
Palavras-chave: Agricultura brasileira; Fatores determinantes; Internacionalização; Séculos XX e XXI.

THE DETERMINING FACTORS FOR THE INTERNATIONALIZATION OF BRAZILIAN AGRICULTURE IN THE TRANSITION OF THE XX-XXI CENTURIES

ABSTRACT:

This study apply the theoretical and conceptual contributions of regional history to discuss the internationalization process of Brazilian agriculture between the XX and XXI centuries. To this end, investigates the determinants of the internationalization process of Brazilian agriculture face the transition period that occurred in the 1990's. It is through the relevance of agriculture internationalization movement, from which the sector has be characterized as one of the most dynamic of the Brazilian economy, that justifies the study. In this analysis, some questions arise about the Brazilian economic environment and the impact of the reforms on the sector and, also, about the

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Possui MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Economista. Docente da Faculdade de Economia, Ciências Contábeis e Administração da Universidade de Passo Fundo (FEAC/UPF). E-mail: dallacorte@upf.br



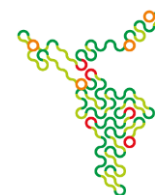
influence of the acceleration of the globalization process in relation to the internationalization process. Thus, seeks to identify the key element for the consolidation of that process, presenting the increase in international prices and, consequently, to the final producer price as the determining factors for the internationalization of Brazilian agriculture. That way, through the deductive approach method, the objective is to investigate the internationalization of Brazilian agriculture in the transition from the XX to the XXI centuries.

Keywords: Brazilian agriculture; Determining factors; Internationalization; XX and XXI centuries.

INTRODUÇÃO

Durante a aceleração do processo de globalização nos anos 1990, o cenário no qual o agronegócio encontrava-se envolto relacionava-se, cada vez mais, com a lógica do mercado. Essa era a racionalidade que conduziu a reformulação dos instrumentos de política agrícola e a redefinição do papel do Estado na agricultura (o qual era o provedor de confiança para a expansão econômica). A narrativa histórica sobre a transição da conjuntura econômica da agricultura brasileira consolidou-se com a normatização das políticas agrícolas, marcando o amplo processo de regulamentação de novos instrumentos de política agrícola (como, entre outros, a elaboração de leis e de subsídios específicos para a agricultura). Contudo, apesar da reformulação dos instrumentos de política agrícola e econômica ter criado condições para a expansão da agricultura, essa só aconteceu a partir de 1995/96 com a melhora dos preços recebidos pelo produtor brasileiro.

No início da década de 2010, os resultados e a dimensão alcançada pela agricultura apontavam-na como um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira. Em 2000, segundo a FAO, o Brasil ocupava o 6º lugar no *ranking* mundial de exportadores agrícolas. Já, em 2010, o Brasil alcançou a terceira posição no *ranking* mundial de exportadores agrícolas, ultrapassando Austrália, China e Canadá, ficando atrás, apenas, dos Estados Unidos e da União Europeia. No começo da década de 2010, o Brasil já ocupava a primeira posição de exportação de produtos como café, suco de laranja, açúcar e carne bovina. Ocupava, ainda, a segunda posição na exportação de importantes culturas como soja e milho. Nesse sentido, o agronegócio foi o setor com maior contribuição para o crescimento da economia brasileira nos últimos anos, representando, em 2012, aproximadamente, 22% do PIB brasileiro. Os estudos da FAO destacaram, também, que o resultado alcançado pela agricultura brasileira foi obtido com a manutenção de 69,4% da vegetação nativa brasileira, contra, apenas, 0,3% da manutenção da vegetação nativa europeia (FAO, 2012).

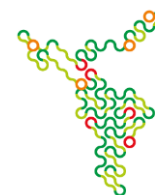


Perante essa reflexão e confrontação de informações é que sobressai a pergunta que passa a ser investigada pelo presente estudo: Quais foram/são os fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira? De acordo com o embasamento teórico que será apresentado, a resposta para essa questão é fundamental para que se compreenda os pontos de ruptura em sua conjuntura a partir dos quais a produção agrícola brasileira começou a ganhar destaque em relação à produção mundial, assumindo, assim, notoriedade.

É diante da relevância do movimento de internacionalização da agricultura, a partir do qual o setor passou a caracterizar-se como um dos mais importantes da economia brasileira, que se justifica o presente estudo. Assim, tem-se como objetivo geral elaborar uma reflexão sobre o processo de internacionalização da agricultura brasileira. Para tanto, através do método de abordagem dedutivo e do aporte teórico da História Regional (a qual permite a confrontação de fontes e a comparação entre o regional e o global), procurou-se identificar e classificar os fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira.

Convém mencionar que o estudo realizado perpassou pela investigação de diversas temáticas, em início, pela abordagem da conjuntura da agricultura brasileira no pós-guerra e a interiorização do Brasil, em sequência, pelo estudo da transição de conjunturas, seguido pelo estudo da ocidentalização da dieta alimentar e, por fim, pela relação das partes com o todo. Ressalta-se que os enfoques apresentados foram considerados como condicionantes, ainda que não diretos, para a exploração do objetivo geral deste trabalho.

Dentro desse contexto, procurou-se desenvolver a discussão em torno do diálogo de fontes históricas previamente definidas, com destaque para a Revista de Política Agrícola (RPA), periódico que emergiu no período de transição de conjunturas no começo da década de 1990. O periódico RPA discute temas relacionados à política e à agricultura, sendo a sua publicação de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Na elaboração e na avaliação do conteúdo da RPA, o Mapa conta com a colaboração de um corpo técnico atuante nas principais agências de pesquisa e companhias relacionadas à agricultura no país, como EMBRAPA, CONAB etc. É importante salientar que algumas Cartas de Política Agrícola foram assinadas pelos próprios ministros de Estado em exercício. As fontes históricas, de acordo com a metodologia, foram trabalhadas como não excludentes ou antinômicas, mas como complementares, optando-se pela soja como cultura de referência para este trabalho.



A AGRICULTURA BRASILEIRA NO PÓS-GUERRA E A TRANSIÇÃO DE CONJUNTURA ECONÔMICA NA AGRICULTURA ENTRE 1990 E 1994

Foi no período do pós-guerra até a estruturação da nova ordem internacional (política, econômica e comercial), no final da década de 1980, que se presenciou o desenrolar de vários fatores que precisam ser mencionados para a reconstrução do processo de internacionalização da agricultura brasileira.¹ O primeiro fator relaciona-se à instauração de políticas que favoreceriam a internacionalização da agricultura brasileira, a qual ocorreu quando a inflação começou a fugir de controle e quando a capacidade de importação atingiu níveis críticos (após a empolgação desenvolvimentista do período 1955/60). A rigidez estrutural da oferta agrícola foi apontada como a principal causa da elevação dos preços e, ainda, a agricultura começou a surgir como um grande potencial para alavancar e diversificar as exportações brasileiras.

Nessa senda, a construção da oferta agrícola passou por um ambicioso programa de modernização. Ele teve início em 1965, com a Lei 4.829, de 5/11/65, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e com o Decreto-Lei 57.391, de 7/12/65, que reformulou a Política de Garantia de Preços Mínimos, e continuou nos anos posteriores com a ampliação dos estímulos à pesquisa agropecuária, por meio da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), com o incentivo à extensão rural, por meio da criação da Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER) no início da década de setenta, e com a implementação de vários programas independentes, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), em cooperação com o governo do Japão, e de programas regionais como o POLOCENTRO.

Entre os pontos destacados acima, deve-se discutir a importância da criação da EMBRAPA. Com a manutenção dos recursos pelo governo federal, a EMBRAPA logo se tornou um dos mais importantes sistemas de pesquisas dos países em desenvolvimento. A empresa apresentava elevados investimentos no treinamento de seus pesquisadores, por meio de graduação no exterior, garantindo-lhes todo o apoio operacional necessário. Como resultado dessa política, Schuh (1997, p. 18) relata que o sistema começou a gerar um fluxo contínuo de novas tecnologias para produção e, como

¹ Nesse sentido, é possível observar os relatos contidos na Revista de Política Agrícola. Também, o artigo intitulado "Agricultura no Brasil: Política, Modernização e Desenvolvimento Econômico", do autor G. Edward Schuh, na página 18, retrata os significativos investimentos em pesquisa agrícola ocorridos no Brasil já no início da década de 70.



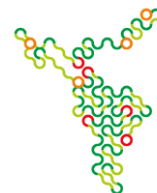
consequência, observou-se uma elevação na produtividade que, como destacou o autor, foi muito importante durante a crise dos anos 1980.

Ainda, durante esse período, o governo investiu no desenvolvimento de programas de graduação em Ciências Agrárias. O objetivo estava centrado na capacitação de novos pesquisadores para o crescente mercado agrícola. Contudo, é importante relatar que, com o agravamento da crise fiscal brasileira, na década de 1980, os responsáveis pela política reduziram o apoio aos programas de graduação e à EMBRAPA. Como consequência, ambos os sistemas passaram por um sério declínio, provocando a saída de técnicos especializados do Brasil, que foram em busca de empregos, tanto em organismos internacionais como na iniciativa privada.

O segundo fator envolve a política brasileira de crédito agrícola. Tradicionalmente, a resposta dos encarregados da política para as crises na agricultura era a de fornecer crédito subsidiado para o setor. Barros (1991) afirma que, desse modo, o setor agrícola tratou de se beneficiar dessa política ao longo dos anos, aumentando a utilização do crédito subsidiado na década de 1970 e levando ao extremo essa política durante a crise dos anos 1980. Os relatos demonstram que as taxas de juros reais para o crédito agrícola chegaram a se situar entre 40% e 50% negativos. O volume de crédito agrícola era tão elevado que contribuiu para a eventual perda de controle da política monetária por parte do governo.

Assim, convém informar, conforme dados do Banco Central do Brasil e do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária, que o período de 1975 e 1982 apresentou a maior sequência de duração (um total de oito anos) de disponibilização de crédito agrícola pelo país. Nessa época, o volume anual disponibilizado de crédito agrícola encontrava-se acima de 80 bilhões de reais (ano base 2010).

Segundo Schuh (1997, p. 19), esse crédito subsidiado compensou alguns dos recursos que foram subtraídos do setor pelas políticas comercial e cambial. Entretanto, a distribuição dos benefícios delas era bem diferente da política de distribuição dos impostos. Os relatos demonstram que esse crédito subsidiado aumentou o valor da terra. Ainda, os grandes proprietários consagraram-se como os agraciados pela elevação dos volumes de crédito agrícola – em contrapartida dos pequenos proprietários. Além de exacerbar a distribuição muito distorcida da renda do setor, essa política também deu condições para que os grandes agricultores comprassem as terras de produtores menores.



Dessa forma, esse movimento culminou na migração dos pequenos produtores para o mercado urbano de trabalho.

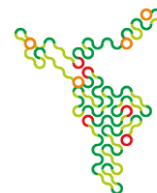
Coelho (2001, p. 03) afirma que, no Brasil, o crédito rural oficial compõe a espinha dorsal do sistema de financiamento da agricultura. Já, os instrumentos de suporte à comercialização e à transferência de risco dependem pesadamente do apoio do Estado. Nesse sentido, pode-se afirmar que o volume de crédito agrícola, com destaque para os elevados volumes da década de 1970, foi o principal mecanismo de incentivo da abertura de novas áreas para cultivo e para a elevação da produção.

O terceiro fator relevante refere-se às consequências da crise econômica da década de 1980. Ela teve efeitos salutar sobre a política econômica, já que teve que ser mais justa com a agricultura. Nesse período, a dívida externa precisou ser respeitada e houve a necessidade de atração de capital externo para a economia. Assim, como resultado, a proteção teve que ser reduzida, a taxa cambial ajustada, os impostos sobre a exportação reduzidos e as exportações estimuladas. A maior parte dessas reformas políticas beneficiaram a agricultura (COELHO, 1992).

Com base na fonte da Revista de Política Agrícola e nos relatos dos autores discutidos sobre a caracterização da conjuntura da agricultura brasileira no pós-guerra e na interiorização do Brasil, é possível evidenciar que o grande agente por trás de toda essa evolução ocorrida é o próprio governo brasileiro. As grandes contribuições dele estão na disponibilização de recursos para produção via crédito agrícola subsidiado e no fomento à pesquisa. Essa expansão via governo está dentro de uma conjuntura econômica para a agricultura diferente da que se observa a partir da internacionalização, na qual um dos grandes fatores característicos é a redução do papel do Estado na agricultura.

Os anos de 1990 começaram com novas perspectivas que foram estruturadas pensando no melhor desempenho da agricultura no médio prazo. O período ficou marcado no Brasil pela abertura ao comércio. Ainda, foi possível evidenciar que essas mudanças exigiram um grande esforço da agricultura brasileira no sentido de absorver novas tecnologias e na busca de mecanismos de mercados nos quais o aspecto central deveria ser a liberdade comercial e de preços (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

Assim, o início da década de 1990 marcou de forma auspiciosa os campos legal e institucional da agricultura brasileira. Nesse período, começou a ser concebida e implantada uma nova política agrícola com o objetivo de praticar um novo padrão de crescimento no setor. Este enfoque inédito

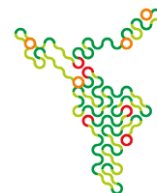


assumiu importância maior no cenário da agricultura brasileira no momento em que mecanismos oficiais de subsídios ao setor estavam exauridos. A ação do Estado voltou-se, então, para o estabelecimento de um entorno macroeconômico e legal propício às atividades agropecuárias e ao fornecimento de serviços cujas externalidades eram elevadas, como obras de infraestrutura física e a oferta tecnológica. Logo, esse padrão baseava-se, fundamentalmente, em mais estímulos de mercado e em menos ações diretas de governo. Logo, a política agrícola zelava para que o setor não fosse tratado discriminatoriamente pela política macroeconômica, defendendo os princípios de mercado e apoiando o setor em negociações e na abertura de mercados externos (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

A expectativa no começo dos anos 1990 era de que a modernização da comercialização agrícola, em conjunto com as necessárias reformas estruturais, garantiria à agricultura brasileira uma transição com o mínimo de trauma de uma economia fechada para uma maior inserção no mercado mundial. É possível observar também que a volta do Brasil ao sistema financeiro internacional viabilizou novas fontes de investimentos produtivos para a agricultura e agroindústria. A partir de então, os objetivos da política governamental estariam direcionados para a consolidação do crescimento da agricultura, aumento da produtividade e maior liberdade de mercado (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

O ano de 1991 pode ser definido como o marco inicial da nova conjuntura econômica para o setor. Esse período foi delimitado com base nas sanções do Presidente Fernando Collor às denominadas Leis Agrícolas. Essas leis estabeleceram as diretrizes básicas para a ação de Governo no setor. Os desafios enfrentados concentravam-se na estabilização da economia brasileira. O objetivo, assim, era criar um ambiente que permitiria o planejamento das atividades de médio e de longo prazo que favoreceriam o desenvolvimento do setor (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 1992).

Nesse contexto, ressalta-se que o discurso do período relacionava-se à mudança no papel do Estado no setor. Este deixaria de exercer uma função de protagonista no setor agrícola para desempenhar um papel de regulador, sendo responsável pela condução das políticas sociais. É sob essa perspectiva que se passa a buscar a abertura comercial e o acesso a novos mercados para a agricultura brasileira. Diante do exposto, estava formatada e normatizada a nova conjuntura



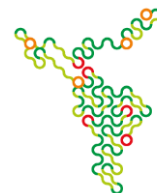
econômica que desenvolveria o potencial da agricultura brasileira e o conduziria rumo a sua internacionalização.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA: O IMPACTO DA NOVA CONJUNTURA

Conforme os artigos de política agrícola, até esse período, as várias tentativas para integrar a economia brasileira no comércio mundial ou mesmo em blocos regionais tinham falhado em virtude da pressão direta dos beneficiários do protecionismo aliados a grupos nacionalistas. Além disso, até então, ignorava-se o princípio econômico elementar de que para aumentar as exportações é necessário também aumentar as importações e que o importante para o Brasil era o incremento do comércio exterior e não apenas um de seus componentes. O viés anti-importador do modelo em prática gerou a menor relação exportação/PIB do país entre as economias mais importantes do mundo à época. O Brasil foi o único país cuja posição no *ranking* dos exportadores não refletia a posição do *ranking* das maiores economias.

Assim, as discussões dos artigos de política agrícola voltaram-se, novamente, para o crédito rural, sendo que o modelo implantado no Brasil, a partir de 1965, apresentou como uma de suas principais características a convivência de situações de exagerado paternalismo e de exacerbado rigor. Com relação ao exagerado paternalismo, podem ser citadas as regras e as condições altamente favoráveis em termos de juros e de volume de recursos colocados à disposição dos produtores no decorrer das décadas de setenta e de oitenta e, ainda, alguns perdões de dívidas aprovados na esteira de alguns planos de estabilização postos em prática na segunda metade dos anos 1980.

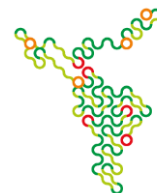
É importante destacar que o crédito rural patrocinado pelo Estado permanecia sendo mundialmente um forte instrumento de estímulo e de apoio à atividade agrícola como fonte de capital e como um fator de equilíbrio na definição dos custos do financiamento. Todavia, existiram períodos nos quais a produção agrícola elevou-se de maneira considerável, sendo neles o crédito agrícola público restrito. Assim, é importante ressaltar Maia e Lima (2001, p. 836-838), que afirmam que a ocorrência de safras recordes em 1987, 1988 e 1989 no Brasil – período no qual o crédito rural encontrava-se em patamares reduzidos – indicou que a agricultura brasileira estava relativamente imune à crise econômica da década de 1980.



Entre 1987 e 1990, pode-se observar um pico nos preços internacionais da soja. Logo, coloca-se em evidência a importância do preço da soja em detrimento de um ambiente econômico instável e da baixa oferta de crédito público para o setor. Houve um período de recuo nos preços após o pico de preços ocorridos entre 1987 e 1990. O declínio de preços atinge as safras de 1990 até 1993. Logo, o declínio de preços internacionais da soja apresenta-se como um fator de relevância a ser considerado para a explicação do declínio das safras seguintes. Após o recorde de 71,48 milhões de toneladas colhidas em 88/89, deu-se uma brusca interrupção no crescimento, o que coincidiu com a redução dos preços internacionais da soja. A safra de 89/90 apresentou uma redução de 18,47% na produção total de grãos brasileira, com uma produção de 58,28 milhões de toneladas. A safra de 90/91 apresentou nova redução, de 0,65%, com uma produção de 57,89 milhões de toneladas. Ainda, houve uma forte expansão da área cultivada no centro-oeste no período em que os preços da soja iniciaram sua trajetória de alta.

Logo, pode-se afirmar que as discussões da Revista de Política Agrícola, ou seja, os temas relacionados, observados e pensados como fundamentais para a expansão da agricultura brasileira, não foram os temas determinantes para o processo de internacionalização da agricultura brasileira. Fundamenta-se essa visão na falta de trabalhos sobre a relação dos preços agrícolas com a remuneração dos produtores, seus investimentos, a expansão de áreas e a elevação da produção. Não se pode reduzir a importância das discussões realizadas pela Revista de Política Agrícola, porém, deve-se refletir sobre a hierarquia dos fatores e das relações determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira.

As evidências caminham no sentido de afirmar que foi no suporte oferecido pelos preços dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, nos retornos atraentes aos produtores, que o posicionamento da atividade agrícola e as decisões positivas sobre os altos investimentos necessários para os plantios das safras estavam embasados. Assim, é possível verificar que, internamente, o Brasil apresentava um conjunto de fatores condicionantes importantes para a expansão da produção agrícola e do agronegócio, contudo esses fatores não se apresentavam como suficientes para a internacionalização. Logo, embora não se tenha encontrado evidências sobre um real planejamento visando alcançar um objetivo de internacionalização, a transição de conjunturas moldou o setor agrícola para a internacionalização.

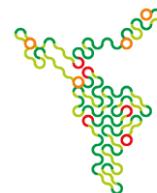


Convém também ressaltar que há relação da abertura anual de áreas para cultivo no Centro-Oeste brasileiro com a venda de máquinas agrícolas a partir da elevação internacional dos preços da soja em 1996. Foi a forte abertura de áreas que acabou por consolidar o movimento de ocupação do território nacional. A aspiração de ocupação territorial no Brasil tem uma história longa cuja maior expressão ocorreu durante o regime militar. Nesse sentido, embora o processo de ocupação apresente muitos símbolos como a construção de Brasília, a construção da estrada Transamazônica e a política de crescimento populacional, a abertura do cerrado para a produção de soja é outra fase desse movimento. Uma variedade de políticas governamentais brasileiras e de programas específicos esforçaram-se em fomentar a produção de soja nos cerrados, o que consolidou a soja como o grande motor do crescimento demográfico e econômico dos cerrados.

Ainda, é possível afirmar que o processo de internacionalização da agricultura apresentou como fator determinante para sua consolidação a importação de soja chinesa. Entende-se que esse movimento acelerou os preços internacionais da soja, o que provocou aumento na abertura de áreas agricultáveis e na demanda de tecnologia e de bens de capital através do consumo de máquinas agrícolas. Dessa maneira, de acordo com os fundamentos apresentados, consolidou-se a relação de que a agricultura responde a preços. O processo de internacionalização da agricultura deu-se por meio da melhora dos preços para o agricultor, que foram responsáveis por acelerar o processo de interiorização brasileiro, por auxiliar o movimento de ocupação do território brasileiro e por reanimar a indústria de bens de capital para o setor primário.

CONCLUSÃO

Em linhas gerais, constatou-se que os determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira estão relacionados com os preços recebidos pelo produtor, que, no caso da cultura de soja, são derivados principalmente dos preços internacionais da soja e da taxa de câmbio brasileira. Os preços internacionais da cultura de soja são estabelecidos pela oferta e demanda do produto, enquanto a taxa de câmbio, a partir de 1999, estabelecida com flutuante, é formada a partir da oferta e da demanda de moeda estrangeira. Ainda, esses elementos iniciam seus movimentos de convergência que resultam na elevação do preço recebido pelo produtor brasileiro a partir de 1995/96 e alcançam

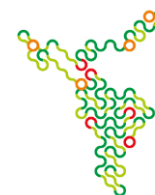


seu momento de maior relação em janeiro de 1999, com a liberação da taxa de câmbio brasileira. Nesse momento, a taxa de câmbio passou por uma considerável desvalorização, o que elevou os preços da soja para o produtor brasileiro.

É a combinação desses dois fatores necessários que se apresentam como determinantes para a efetivação do processo de internacionalização da agricultura brasileira. Todavia, embora apresente-se a elevação dos preços internacionais e a desvalorização do câmbio e, conseqüentemente, dos preços finais ao produtor como fatores determinantes para a internacionalização da agricultura brasileira, convém referir que o resultado afirmativo para o crescimento e a sustentação da produção de soja no Brasil foi, também, uma resposta aos preços reagentes devido às consideráveis mudanças da demanda mundial por produtos derivados da soja. Isso, por sua vez, não representa uma simplificação da cadeia de eventos.

Ainda, nesse contexto, deve-se destacar a velocidade de resposta oferecida pelos produtores brasileiros frente ao aumento de preços e de renda. A resposta rápida da agricultura brasileira, em termos de ampliação de área para cultivo e de elevação da produção e produtividade, relacionou-se aos incentivos, à estrutura e às políticas agrícolas. Esses incentivos caracterizaram-se como elementos necessários ao processo de internacionalização. Entretanto, eles não foram suficientes para iniciá-lo. Importa mencionar que essa constatação cristalizou-se com a observação de que a região com maior abertura de área de cultivo foi a região centro-oeste (cerrado). Sem a criação de um pacote tecnológico para a produção nos cerrados, a abertura de áreas na região não aconteceria com a mesma velocidade. Contudo, sem a demanda chinesa, responsável por elevar os preços internacionais, não haveria motivação para a ampliação da produção nos cerrados. Logo, a criação de pacotes tecnológicos são entendidos como elementos necessários para o processo de internacionalização, porém não suficientes sem a entrada chinesa no mercado internacional (o que ocorreu entre 1995/96) e seus impactos sobre a renda e os preços recebidos pelo produtor brasileiro.

Diante do exposto, demonstrou-se o impacto da transição de conjunturas sobre o papel do Estado brasileiro na economia e na agricultura, o qual passou a sua função para o setor privado e o livre mercado. Dessa maneira, é possível concluir que a década de 1990 consolida uma nova relação do Estado brasileiro com a agricultura. Aqui se encerra esta pesquisa, mas não se esgota o tema e nem a história do processo em questão. As permanências dos segmentos ligados à conjuntura anterior estão conflitando com o modelo atual. Embora o Estado tenha se afastado da agricultura, alguns segmentos



ainda ficaram sob sua tutela, permanecendo dentro da conjuntura anterior à internacionalização da agricultura.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. R. de A.; CONTINI, E. **Progresso tecnológico e desenvolvimento da agricultura brasileira**. In: YEGANIANZ, L. Pesquisa agropecuária, questionamentos, consolidação e perspectivas. Brasília, DF: EMBRAPA-DPU, 1988.

BACEN. **Banco Central do Brasil**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 7 dez. 2013.

BARROS, G.S.C.; ARAÚJO, P.F.C. **Oferta e demanda de crédito rural no Brasil: algumas evidências empíricas sobre seus determinantes**. Piracicaba. CEPEA. 1991

BARROS, G.S.C; FURTUOSO, M.C.; GUILHOT0, J.J.M. **O agronegócio na economia brasileira. 1994 a 1999**. Piracicaba: Esalq/Cepea. Brasília, 2001.

COELHO, Carlos Nayro. **70 anos de Política Agrícola (1931-2001)**. Edição Especial - Revista de Política Agrícola. Brasília, DF, 2001.

COELHO, Carlos Nayro (Ed.). Agricultura e Políticas Macroeconômicas de Combate à Inflação. **Revista de Política Agrícola**, Brasília-DF, v. 1, n. 1, p.14-15, 15 jan. 1992. Trimestral.

FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **FAOSTAT**, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

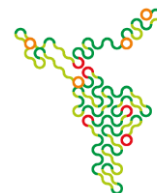
IBGE. São Paulo: **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 02 dez. 2017.

IPEA. São Paulo: **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**. Disponível em: <<http://www.ipeia.gov.br>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

MAIA, Sinézio Fernandes; LIMA, Ricardo Chaves De. **Abertura econômica Brasileira e Seu Impacto Sobre as Exportações Agrícolas: Abordagem de Mundell-Fleming Usando Auto-regressão Vetorial**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, n. 32, p.822-841, nov. 2001.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, (Elísio Contini, Editor). **Carta da agricultura**. Revista de Política Agrícola, Brasília-df, ano 1, n. 1, abr. 1992. Bimestral.

SCHUH, Edward. **A Agricultura no Brasil: Política, Modernização e Desenvolvimento Econômico**. Revista de Política Agrícola, Brasília-DF, v. 6, n. 2, p.15-21, 01 abr. 1997. Bimestral.



EDUCAÇÃO PARA O INDUSTRIALISMO: UMA ANÁLISE GRAMSCIANA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTISMO¹

Adnilson José da Silva²

Resumo: A formação escolar profissionalizante brasileira foi marcada pela ideologia industrialista. No contexto do desenvolvimentismo brasileiro a educação para o trabalho caracterizou-se pela submissão das políticas educacionais governamentais à direção de setores privados da sociedade civil expressas em conteúdos disseminados por intelectuais estrangeiros orgânicos ao capitalismo, entre os quais destacam-se neste estudo Walt Whitman Rostow, Frederick Harbison, Charles Myers e Theodore Schultz. As obras desses intelectuais tiveram grande aceitação no Brasil refletindo o perfil do trabalhador demandado pelo industrialismo. A análise crítica de importante bloco histórico situado entre as décadas de 1940 e 1970 no Brasil, realizada com recurso a categorias fornecidas pelas teorizações de Antonio Gramsci, proporciona a identificação de prejuízos causados pela formação escolar profissionalizante à classe operária brasileira. Conclui-se que a vitória da ideologia industrialista sobre o agrarismo não logrou salvaguardar a classe trabalhadora da penúria, traindo a promessa de modernização e desenvolvimento pelo industrialismo.

Palavras-chave: educação; industrialismo; desenvolvimentismo

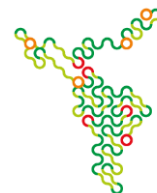
EDUCATION FOR THE INDUSTRIALISM: A GRAMSCIAN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN NATIONAL POLITICS AT THE CONTEXTO OF DEVELOPMENTALISM

Abstract: The Brazilian vocational school formation was defined by the industrialist ideology. At the context of Brazilian developmentalism, the education for work was characterized by the submission of government's educational policies under the direction of private sectors of civil society expressed in subjects disseminated by foreign intellectuals tied to capitalism. Among which stand out in this study Walt Whitman Rostow, Frederick Harbison, Charles Myers and Theodore Schultz. The works of these intellectuals had great acceptance in Brazil reflecting the profile of the worker demanded by industrialism. The critical analysis of the period between the decades of 1940 and 1970 in Brazil, bound to Gramscian categories, provides the identification of injuries caused by the education for work to the Brazilian working class. It is concluded that the victory of the industrialist ideology over agrarianism failed to safeguard the working class from penury, betraying the promise of modernization and development by industrialism.

Key words: education; industrialism; developmentalism

¹ Estudo desenvolvido em projeto de pesquisa credenciado junto à Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, UNICENTRO.

² Pedagogo. Doutor em Educação. Professor adjunto do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO. Guarapuava, PR, Brasil.



Historicamente atribui-se ao Brasil destacada importância no contexto latino-americano e, em especial, no âmbito da América do Sul. Tal relevância está vinculada, entre outros motivos, desde seu pertencimento a Portugal na condição de colônia, à sua posição geográfica (com múltiplas fronteiras internacionais e enorme abertura para o Oceano Atlântico), por sua extensão de proporções continentais (que lhe vale abundantes e diversificadas fontes de recursos naturais e grande mercado consumidor). O Brasil alinhou-se formalmente aos Estados Unidos da América (EUA) desde o início da sua trajetória republicana atraído pelas sucessivas doutrinas imperialistas estadunidenses, a começar pela que ficou conhecida como *big stick*.¹ A segunda metade do século XX foi marcada pela hegemonia ideológica do industrialismo com direcionamento das ações governamentais segundo as perspectivas do capitalismo estrangeiro, dentre as quais a de adaptar as políticas educacionais ao propósito de formar trabalhadores com perfis requeridos pelo desenvolvimentismo.

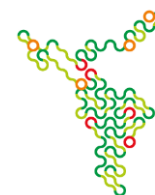
O presente estudo enfoca, nas relações entre educação e trabalho nas décadas de 1940 a 1970, aspectos basilares do modelo antropológico eleito pelo desenvolvimentismo e expressos na legislação educacional e levanta matrizes teóricas que deram suporte à perspectiva pedagógica do industrialismo. Para compreensão e análise desse movimento histórico recorre-se a categorias presentes na produção do filósofo italiano Antonio Gramsci.

Desenvolvimentismo e industrialismo são orgânicos uma vez que preponderou no século XX o entendimento de que o desenvolvimento dos países dependia do avanço quantitativo e qualitativo da industrialização. Nos limites do chamado mundo livre dirigido pelos EUA o desenvolvimento e a industrialização foram pautados pela ideologia capitalista.

O industrialismo se constituiu como a doutrina da superioridade econômica do modo de produção industrial de larga escala e comportou forte caráter político. Os agentes privados do industrialismo influenciaram a sociedade política e lograram estabelecer o desenvolvimentismo como vetor oficial para as políticas educacionais.

Na teorização política de Gramsci a categoria bloco histórico compreende a organicidade entre estrutura e superestrutura. Dessa maneira, no âmbito de determinado bloco histórico “[...] as forças materiais [estrutura] são o conteúdo e as ideologias [superestrutura] são a forma [...], já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias

¹ Em 1902 o ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, afirmou que o Brasil devia aprovar a reivindicação de Theodore Roosevelt de um poder de polícia para os EUA contra países que se mostrassem incompetentes e fizessem mau uso de sua independência. (BANDEIRA, 2007, p. 247 – 248)



individuais sem as forças materiais”. (GRAMSCI, 2014, p. 238) À luz dessa categorização o presente trabalho identifica como estrutura a materialização capitalista no contexto do desenvolvimentismo e como superestrutura a ideologia industrialista. Nas décadas de 1940 a 1970 a ofensiva capitalista buscou manter sua hegemonia criando um consenso lastreado no desenvolvimento econômico e na modernização do trabalho como valores a serem assumidos pela classe operária brasileira. A partir da década de 1960 valeu-se de intelectuais orgânicos² que disseminaram sob patrocínio estrangeiro³ a retórica industrialista com argumentos pela submissão da educação à estrutura econômica. Esses intelectuais representam setores privados da sociedade civil que influenciam a sociedade política para legitimar os seus interesses e projetos por meio de legislações e de ações governamentais. Nessa dinâmica, segundo Anita Schlesener (2007), instituições da sociedade civil elaboram e divulgam ideologias que possibilitam a formação do consenso que sustenta as relações de poder enquanto o Estado se amplia e atualiza assumindo novas funções conforme a estrutura do capitalismo se desenvolve. (SCHLESENER, 2007, p. 28 - 30)

Gramsci sintetiza o tipo humano próprio do industrialismo que, em oposição ao modo de vida camponês, se ocupa de uma produção intensa e metódica, “[...] ordenada, precisa, disciplinada segundo o ritmo das grandes máquinas, de uma exata e refinada exata divisão do trabalho, divisão que é a maior máquina da produção industrial”. (GRAMSCI, 2004, p. 324) Todavia, a disciplinarização industrialista não impediria o desenvolvimento da consciência dos operários, uma vez que cada trabalhador

[...] durante o trabalho, pensa mais ou, pelo menos, tem muito mais possibilidade de pensar, pelo menos quando superou a crise de adaptação e não foi eliminado: e não só pensa, mas o fato de que o trabalho não lhe dá satisfações imediatas, e que ele compreenda que se quer reduzi-lo a gorila amestrado, pode levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (GRAMSCI, 2014, p. 272, com destaques do original)

Há algum otimismo de Gramsci em que a experiência da precariedade material imposta pelo modo econômico capitalista proporcionaria o desenvolvimento da consciência proletária com atenção para as desigualdades de classe. Contrariamente, os intelectuais do industrialismo conceberam as

² Segundo Gramsci, “Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]”. (GRAMSCI, 1995, p. 03)

³ O patrocínio foi dado pela Fundação Ford.



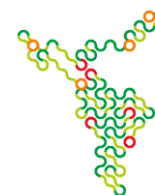
relações entre exercício do trabalho e formação do pensamento a partir da sua perspectiva reacionária com argumentos pretensamente técnicos e neutros.

Um dos teóricos do industrialismo com maior influência nos meios acadêmicos e empresariais e forte presença em processos formativos da mentalidade desenvolvimentista foi o economista estadunidense Walt Whitman Rostow. Basicamente, para Rostow (1974) o desenvolvimentismo demandaria quatro funções básicas a serem desempenhadas por agentes com diferentes graus de instrução: cientistas dedicados à sofisticação da indústria; administradores da produção, do consumo e das finanças; trabalhadores concordados e disciplinados; e ricos investidores. (ROSTOW, 1974, p. 35) Especificamente aos trabalhadores caberia

[...] aceitar o aprendizado – e seguir o funcionamento – de um sistema econômico cujos métodos são sujeitos a mudanças regulares e que também cerceia cada vez mais o indivíduo por via de organizações vastas e disciplinadas, atribuindo-lhe tarefas limitadas, especializadas, monótonas. (ROSTOW, 1974, p. 35)

Está expresso nessa afirmação o cerne do taylorismo/fordismo sobre o comportamento dos trabalhadores no processo produtivo. Rostow (1965) qualifica o desenvolvimentismo como ação governamental de “[...] financiar os projetos sociais fundamentais – no transporte, energia elétrica e outros setores – de que depende o desenvolvimento” incluindo como obrigação do estado “[...] organizar e financiar o sistema educacional e modelá-lo segundo as necessidades do país.” (ROSTOW, 1965, p. 109) Finalmente, atribui aos EUA o poder de determinar e que “[...] os recursos de todo o mundo livre influam na ajuda a longo prazo para o desenvolvimento daquelas nações que se empenham seriamente na modernização da sua economia e de sua vida social”. (ROSTOW, 1965, p. 148)

Confluem ideologicamente outros autores estadunidenses contemporâneos de Rostow cujas obras também tiveram grande circulação no Brasil, como Theodore Schultz, Frederick Harbison e Charles Mayers. Advogando pelo industrialismo, estes autores também mencionam o papel da educação para o desenvolvimentismo. Schultz (1964) assevera que a instrução escolar deve ser considerada como um componente da produção a ser providenciado pelo estado, ao qual cabe a responsabilidade de manter escolas como “[...] empresas especializadas em ‘produzir’ instrução. A instituição educacional, que congrega todas as escolas, pode ser encarada como uma indústria”. (SCHULTZ, 1964, p. 19, com destaque do original)



Os economistas Harbison e Myers, juntamente com Kerr e Dunlop, atribuem à educação a função de gerar um consenso “essencial ao funcionamento da sociedade industrial” e resultante de um empreendimento educacional que relaciona “[...] grupos e indivíduos entre si e proporciona um corpo comum e integrado de ideias, crenças e julgamentos de valor”. (KERR, HARBISON, DUNLOP e MYERS, 1963, p. 57) Sobre essa base ideológica as escolas atuaram para a “[...] acumulação de capital humano e seu investimento profícuo no desenvolvimento de uma economia”. (HARBISON e MYERS, 1965, p. 14) Os intelectuais do industrialismo pertenceram aos meios acadêmicos e desempenharam funções estratégicas no governo estadunidense, o que os credenciou para serem arautos do capitalismo em todo o raio de influência dos EUA. Cabe verificar como a ideologia que promoveram se materializou como fundamento para a educação profissionalizante brasileira.

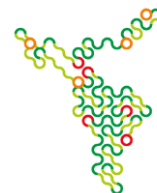
Nas décadas de 1940 e de 1960 a formação escolar para o trabalho foi regida por um conjunto de leis instituídas por meio de decretos⁴ no contexto da Reforma Capanema⁵. Trata-se das Leis Orgânicas do Ensino Comercial, do Ensino Industrial, do Ensino Agrícola e do Ensino Normal. Tais leis, criadas sob a Constituição de 1937, não foram alteradas nem mesmo pela Constituição de 1946. O tema da formação escolar profissionalizante foi tratado novamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024 de 1961.

A educação nacional pautada pela Constituição de 1937 consagrou a dualidade na formação escolar dos trabalhadores, a qual naturalmente foi impressa nas Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola. Pelas condições materiais de cada classe o ensino secundário proporcionador do acesso a carreiras de nível superior ficou restrito às elites enquanto a formação profissionalizante foi oferecida aos pobres. O Art. 129 da Constituição de 1937 explicita que

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL, 1937)

⁴ São os decretos: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Comercial; Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Agrícola; e Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, que instituiu a Lei Orgânica do Ensino Normal. A Reforma Capanema incluiu ainda, com a finalidade de ofertar formação para o trabalho, o Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), e o Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que instituiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

⁵ Essa reforma leva o nome do ministro da Educação e da Saúde Pública que a liderou, Gustavo Capanema.

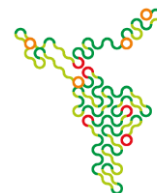


As leis orgânicas do ensino técnico-profissionalizante reuniram o culto cívico, a orientação educacional com pautas morais e encaminhamento para o trabalho, a militarização da formação escolar masculina, a valorização de prendas domésticas para o alunado feminino e a educação religiosa (embora não obrigatória). Os primeiros profissionais formados sob tais leis foram empregados na década de 1950 em um contexto taylorista/fordista e justamente quando se materializava no Brasil a “[...] superexploração do trabalho, dada pela articulação de baixos salários, uma jornada de trabalho prolongada (nos períodos de ciclos expansionistas) e de fortíssima intensidade, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado”. (ANTUNES, 2002, p. 236)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 4.024/61, preservou os fundamentos e a estrutura das Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola, inclusive a possibilidade de ingerência do setor privado na educação profissionalizante pública, conforme se lê no Art. 108 da referida lei: “O poder público cooperará com as empresas e entidades privadas para o desenvolvimento do ensino técnico e científico”. (BRASIL, 1961) Confirmou-se assim a direção dada pelos organismos privados hegemônicos à política educacional oficial, favorecendo a influência dos intelectuais orgânicos do industrialismo na formação escolar profissionalizante.

A Constituição de 1967 demonstrou mais uma vez que a sociedade política dispunha do estado em favor dos segmentos abastados da sociedade civil ao estabelecer em seu Art. 170 que “As empresas comerciais, industriais e agrícolas são obrigadas a manter [...] o ensino primário gratuito de seus empregados e dos filhos destes”. E ainda, que “As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores”. (BRASIL, 1967)

Foi sob a Constituição de 1967 que a Lei n. 5.692 foi promulgada em 1971. O quadro político era marcado pela ditadura civil-militar que se impusera em 1964 e o contexto econômico se caracterizava pelo chamado milagre econômico transcorrido de 1969 a 1973. Sustentado em grande parte por ações desenvolvimentistas bancadas pelo governo brasileiro como construções e incrementos nas áreas de transportes (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), energia e



comunicações, o milagre econômico demandou mão de obra para as diversas áreas da economia privada e do setor público⁶.

A Lei n. 5.692/71 se caracterizou pela profissionalização compulsória⁷ nos moldes do taylorismo/fordismo, pela supressão de disciplinas e conteúdos que pudessem instigar a reflexão crítica sobre a realidade brasileira e pela manutenção da dualidade escolar.

A propaganda governamental ufanista disseminou o que seria um período de ordem social, segurança pública e progresso econômico gerando expectativas de empregabilidade e de melhora das condições materiais individuais. Essa expectativa restou traída, uma vez que na década de 1970 o valor real do salário mínimo encolheu 29,59% e o número de horas de trabalho subiu 30,79% (IBASE, 1982, p. 27), o que forçou a elevação da força de trabalho feminina de 20,9% em 1970 para 28,8% em 1976. (IBGE apud IBASE, 1982, p. 28) O período imediatamente posterior ao milagre econômico registrou diminuição do poder salarial de compra combinada com elevação do custo de vida em um quadro de redução das desigualdades sociais, porém com empobrecimento generalizado. (SINGER, 1986, p. 81)

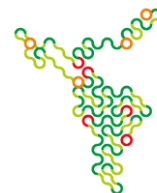
Conclusão

Frente à hegemonia estadunidense os subalternos tiveram paz na medida da sua resignação desde o *big stick*, enriqueceram nos limites do controle da taxa de lucro dos capitalistas hegemônicos e desenvolveram forças conforme as demandas de produção de mercadorias e produtos. Nesse contexto, as políticas educacionais voltadas para a formação de quadros profissionais de nível médio desde o início da década de 1940 até o fim da década de 1970 serviram a órgãos privados da sociedade civil.

Combinaram-se na formação dos perfis demandados pela ideologia industrialista objetivos de capacitação, inicialmente para poucas funções nas grandes áreas da indústria, do comércio e da agricultura e posteriormente para setores específicos dessas áreas com atenção para o suprimento de muitas funções ligadas ao desenvolvimentismo, abrangendo aí o setor público como empregador. Essa mudança verificável entre os perfis profissionais presentes nas Leis Orgânicas do Ensino Industrial, Comercial e Agrícola decretadas na década de 1940 e a Lei n. 5.692/71 comprova a vitória

⁶ O Parecer n. 45/72 do Conselho Federal de Educação elenca mais de uma centena de especialidades profissionais a serem ofertadas em cursos de segundo grau. (BRASIL, 1972, p. 160 - 162)

⁷ A compulsoriedade foi suprimida pela Lei n. 7044/82.



do industrialismo com secundarização da formação para a área agrícola. Por outro lado, a crise do final da década de 1970 evidencia que a vitória do setor industrial, mesmo com as ações desenvolvimentistas bancadas pelo governo brasileiro, e o propagandeado desenvolvimento e a modernização vinculados ao industrialismo não salvaguardaram os trabalhadores da penúria.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**: Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm, acessado em 18/07/2015.

_____. **Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: <http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDBEN%204.024-61.pdf>, acessada em 18/09/2016.

_____. **Constituição Federal de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm, acessada em 05/08/2016.

_____. Parecer n. 45/72. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília. MEC/INEP, v. 57, p. 144 - 177, jan./mar. 1972.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

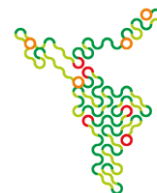
_____. O operário fabril. In: **Escritos políticos**. vol. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 323 – 327.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 4. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HARBISON, Frederick; MYERS, Charles. **Educação, mão de obra e crescimento econômico**: Estratégia do desenvolvimento dos recursos humanos. Trad. Ricardo Werneck de Aguiar. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Saúde e trabalho no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1982.

KERR, Clark; DUNLOP, John T.; HARBISON, Frederick; MYERS, Charles. **Industrialismo e sociedade industrial**: Os problemas das relações entre os sindicatos dos trabalhadores e a gerência



no crescimento econômico. Trad. Alfredo Moutinho dos Reis e Artur Luis Pinheiro Guimarães. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

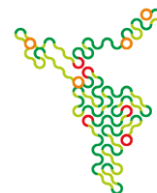
ROSTOW, W. W. **A estratégia americana**. Trad. Luciano Miral. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

_____. **As etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. 5. ed. Trad. Octávio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SCHLESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura**: Gramsci. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. **O valor econômico da educação**. Trad. P. S. Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

SINGER, Paul. **Repartição da renda**: pobres e ricos sob o Regime Militar. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.



A QUESTÃO DISTRIBUTIVA NO “PROGRAMA BÁSICO” DO PMDB (1980): CONTORNOS DE UM PROJETO POLÍTICO DE DESENVOLVIMENTO

Hudson Campos Neves¹

Resumo: Este texto tem por objetivo analisar o “Programa Básico” do PMDB, primeiro programa do partido, que foi publicado no ano de sua fundação, em 1980. O texto parte de um diálogo com o economista Thomas Piketty, em que o autor, em seu livro *A Economia da Desigualdade*, propõe uma leitura do que vem a ser esquerda e direita, levando em consideração a posição que se adota diante do conflito distributivo. No contexto da redemocratização, com a volta do pluripartidarismo, tal questão não pôde ser ignorada pelos atores políticos e o programa partidário analisado continha um posicionamento claro: neste documento o capital precisa ser disciplinado pelo Estado, e a criação de empregos e valorização salarial são pontos relevantes. A análise do programa pemedebista realizada, procurou salientar contornos de um projeto político com forte consideração pelo papel do Estado para reduzir as injustiças sociais, provocadas pela política econômica capitaneada pelos sucessivos governos do período da ditadura militar iniciada em 1964.

Palavras-chave: História Política. Redemocratização. PMDB.

THE DISTRIBUTIVE QUESTION IN THE “BASIC PROGRAM” OF THE PMDB(1980): CONTOURS OF A POLITICAL DEVELOPMENT PROJECT

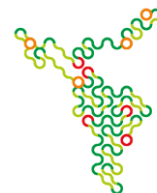
Astract: The main objective of my research is to analyze the “Basic Program” of the PMDB, the party's first agenda, which was first published in 1980, same year the party was founded. I will start by making reference to French Economist Thomas Piketty's book, “The Economics of Inequality”, which mainly focuses on wealth and income inequality. Piketty explores and introduces his ideas from both the left and right political spectrum while taking into account the position adopted in the transition of distributive conflict.

In the context of redemocratization, with the return of multipartyism, this issue could not be ignored by the political parties involved and their agendas: in this research, the capital needs to be controlled by the State, and jobs creation and wage valorization are also points of relevant information. The analysis of the PMDB's program reinforced the party intention of a political project with a strong State control and participation on its role of reducing the social injustices caused by those economic policies put in practice by the authoritarian military dictatorship and military regime since 1964.

Keywords: Political History. Redemocratization. PMDB.

Este texto tem por objetivo analisar o conteúdo do “programa básico” do PMDB, publicado em 1980, compreendendo a maneira como o conflito distributivo esteve pautado neste documento histórico. Para tal, se levará em consideração a proposição de Thomas Piketty, na introdução de seu livro “*A Economia da Desigualdade*”, onde sugere a questão da desigualdade e da redistribuição como

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).



tema fundamental no conflito político contemporâneo. E que as disputas em torno da melhor maneira de procurar equacionar esta questão, se traduzem no conflito tradicional entre as posições de direita e esquerda. O autor salienta que esta disputa não se dá por conta de noções distintas de justiça social. Mas por diferentes análises a respeito dos mecanismos econômicos e sociais que geram a desigualdade. Ou seja, as duas posições políticas tem por horizonte mitigar as desigualdades, mas com metodologias distintas, e até antagônicas.

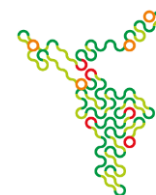
Piketty (2015, p. 9) observa que, grosso modo, uma destas posições seria a “liberal de direita” e de acordo com ela “só as forças do mercado, a iniciativa individual e o aumento da produtividade possibilitam no longo prazo uma melhora efetiva da renda e das condições de vida, em particular dos mais desfavorecidos”. E que “nesta lógica, a ação pública de redistribuição deve não apenas ser moderada, mas se limitar a instrumentos que interfiram o mínimo possível neste mecanismo virtuoso (...)”. O autor cita como exemplo de ação dentro desta lógica, o “sistema integrado de tributação e transferências (imposto negativo) de Milton Friedman”.

Para este autor, a posição tradicional de esquerda,

herdada dos teóricos socialistas do século XIX e da prática sindical, afirma que somente as lutas sociais e políticas são capazes de atenuar a miséria dos menos favorecidos produzida pelo sistema capitalista. Assim, a ação pública de redistribuição deve, ao contrário, permear o âmago do processo de produção, contestando assim a maneira como as forças de mercado determinam os lucros apropriados pelos detentores do capital, bem como a desigualdade entre os assalariados – por exemplo, a nacionalização dos meios de produção ou o estabelecimento de grades salariais compulsórias –, sem se limitar à cobrança de impostos para financiar transferências fiscais. (PIKETTY, 2015, p. 9)

Trata-se de duas posições em torno de uma questão – o conflito redistributivo. Ainda na introdução de sua obra, Piketty aprofunda alguns outros pontos a respeito destas duas posições, mas considero que o delineamento básico exposto acima já seja suficiente para auxiliar na análise que se pretende fazer. Embora o autor citado tenha por foco analisar o caso da França, e por ausência de dados tenha utilizado informações dos Estados Unidos e alguns outros países, creio que seja relevante perceber a maneira como este conflito esteve colocado no debate político num país como o Brasil, no início dos anos 1980.

Para se pensar o conflito distributivo no Brasil, creio ser fundamental mencionar brevemente dois grandes processos históricos que certamente exercerão influência nos termos deste conflito. Com



a ascensão das social-democracias europeias e o ocaso da URSS, a posição de esquerda sofre modificações. E com a ascensão do discurso neoliberal, a posição de direita também será influenciada.

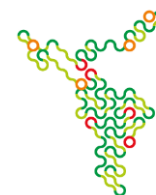
Durante a segunda metade do século XX, no pós-1945, por um período de aproximadamente 30 anos, países da Europa, como França, Inglaterra e países da porção norte do continente, na península escandinava, obtiveram crescimento econômico e taxas baixíssimas de desemprego em um contexto que combinava o sistema de acumulação fordista com uma linha política keynesiana, articulação da qual resultou no estado de bem-estar social. Neste contexto, o Estado assumiu um protagonismo diante de algumas demandas sociais, tais como seguridade social (previdência, seguro desemprego, sistema de saúde pública) educação e moradia. Havia sindicatos fortes, que faziam a mediação entre a classe trabalhadora e o patronato, da qual resultavam salários dignos e apesar de continuar havendo exploração de mais-valia, se configurava uma condição em que os trabalhadores conseguiam projetar suas vidas, vive-las de forma digna e, ao menos, trocar seu presente por um futuro melhor, projetando o sonho de ascensão social nas gerações vindouras.¹

Foi uma era de prosperidade para estes países. O que acabou por gerar uma leitura política em que, nos marcos do próprio capitalismo, poderia haver dignidade e desenvolvimento humano, o que seria impensável na perspectiva de alguma vertente da esquerda revolucionária, que enxerga essa possibilidade abolindo as relações sociais de produção do sistema capitalista. Num contexto global marcado pela Guerra Fria, em que as relações políticas internacionais eram pautadas em boa medida pelos interesses dos EUA e da URSS e suas áreas de influência, estes países europeus conseguiram encontrar um razoável equilíbrio entre capital e trabalho, através de um capitalismo regulado, controlado pelo estado, propiciando inclusão e qualidade de vida.

No entanto, um processo histórico complexo, que envolve a desagregação do acordo de Bretton-Woods², as altas no preço do petróleo ao longo dos anos 1970, o desenvolvimento tecnológico - com especial ênfase no campo das comunicações - o desenvolvimento do Toyotismo, um novo padrão de acumulação conhecido como “flexível”, coincidindo com a emergência do ideário

¹ Richard Sennet, (2009) nos demonstra, a partir de pesquisas empíricas, como que as transformações no mundo do trabalho ocorridas a partir deste contexto histórico mencionado afetaram profundamente a vida das pessoas. O autor compara pesquisa realizada na década de 1970, quando conheceu Enrico, com as informações que obteve décadas depois com seu filho, Rico. Entre o declínio do fordismo e a ascensão da acumulação flexível o autor defende sua tese, em que nesta nova forma de trabalho há a corrosão do caráter – percebido como uma virtude a ser cultivada no longo prazo, o que seria impossibilitado pela sociedade de curto prazo imposta a partir do padrão de acumulação emergente.

² Cf. Varoufakis (2016, pp. 123-146), para compreender o processo de desestruturação do acordo de Bretton-Woods e as bases da nova hegemonia global dos Estados Unidos.



neoliberal, e de uma série de reivindicações que colocaram no horizonte político questões de âmbito individual, faz, gradualmente, gerar um desmanche nos estados de bem estar social experimentados no pós-guerra.³

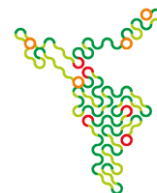
Com a transnacionalização das empresas de grande capital, e com a concorrência da mão-de-obra barata e abundante nos países do “terceiro mundo”, seja na África, Ásia ou América Latina, caem os salários pagos nos países europeus e nos Estados Unidos. Com o aumento na taxa de desemprego e crescimento da demanda por seguridade social, o custo dos estados de bem estar social ficam elevados. Este contexto foi um terreno favorável para a agenda neoliberal, cujas principais ideias já estavam formuladas desde a década de 1940, mas, no entanto, com o êxito das políticas de bem estar social - até o início dos anos de 1970 - não haviam encontrado brechas para emergirem enquanto visão hegemônica de um Estado.

O receituário neoliberal foi conquistando terreno, pela via eleitoral, já em fins dos anos 1970⁴. No entanto, cabe ressaltar, seu primeiro “laboratório” foi a partir do golpe de estado aplicado no governo democrático de Salvador Allende, e a posterior ditadura de Augusto Pinochet. Nos anos 1980, as “virtudes do mercado” ganhavam força na arena política.

Enquanto o discurso neoliberal ganhava terreno, a URSS se encontrava em declínio. A respeito da experiência socialista, o historiador Eric Hobsbawm fez uma leitura um tanto pessimista. O autor observa que além de indicadores sociais básicos, como taxa de mortalidade, que estavam deixando de melhorar (1994, p. 457), há também a questão da baixa eficiência econômica do sistema, sobretudo a partir dos anos 1970, período em que o bloco foi liderado por Leonid Brejnev. Entre altos e baixos na disputa pela hegemonia global, dos anos 1970 em diante, o mundo socialista conheceu um período de estagnação econômica, amenizado pela alta nos preços do petróleo. E que na década

³ “Aceito amplamente a visão de que o longo período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano. O colapso do sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. (...) Há sempre o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica. Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente. (HARVEY, 2008, p. 119).

⁴ “Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita.” (ANDERSON, 1995, p.11)



seguinte, nos anos 1980, o país exportava combustíveis e importava bens de consumo industriais. Ou seja, o aspecto modernizador, um dos grandes argumentos que justificariam os custos humanos da implantação e desenvolvimento da URSS, caía por terra.⁵

Estes são alguns traços gerais do contexto global, em que o debate nacional está inserido. No Brasil, no ano de 1980, vivia-se uma soma de expectativas relacionadas com a abertura do regime, no processo histórico hoje conhecido como “transição democrática”. A via revolucionária, que esteve presente nos chamados países de “terceiro mundo”, sofreu um refluxo. A dura repressão do regime militar desmantelou com os focos organizados e obrigou um de seus principais agrupamentos, o PCdoB a rever sua posição.⁶

Na arena política nacional, após o fim do bipartidarismo – que havia sido imposto pelo governo do gal. Castello Branco, com o Ato Institucional n. 02 - abria-se a possibilidade de novas legendas políticas se tornarem legais e competir pelo poder⁷. Ainda não estava claro que isso se daria em todas as esferas de poder, mas era um avanço nos termos da transição “lenta, gradual e segura” capitaneada pelo núcleo dirigente do regime militar.

Ainda que houvesse a possibilidade de criação de novas legendas, duas delas, herdeiras dos tempos do bipartidarismo, concentravam mais força e estrutura diante das demais. No caso, o PDS (Partido Democrático Social) e o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). O retorno ao pluripartidarismo proporcionou um período de realinhamentos políticos. Estas legendas não eram meras reproduções dos antigos partidos Arena e MDB, mas abrigaram grandes contingentes oriundos deles. Serão estas duas legendas, que nas eleições de 1982 irão protagonizar o debate político no país. Portanto, o que elas defendiam possivelmente daria os contornos da democracia que se almejava construir. Apesar de o país ainda ser governado por um presidente eleito indiretamente durante a vigência dos Atos Institucionais – ou seja, durante o estado de exceção – no caso, o gal. João

⁵ “Em 1960, suas grandes exportações eram maquinaria, equipamentos, meios de transporte e metais ou artigos de metal, mas em 1985 dependia basicamente para suas exportações (53%) de energia (isto é, petróleo e gás). Por outro lado, quase 60% de suas importações consistiam em máquinas, metais etc, artigos de consumo industriais. (HOBSEAWM, 1994, pp. 456-457).

⁶ Segundo Santos (2011, p.9) no ano de 1978, em durante a VII Conferência do partido realizado na cidade de Tirana, na Albânia, o PCdoB passa a “defender a anistia política, liberdades políticas e sociais (direito de greve, organização e reunião), e unir-se às mais amplas forças políticas e sociais em torno de bandeiras democráticas, por meio de uma frente democrática nacional.” Se ainda não era claro o abandono da tomada de poder via rupturas, tal tendência já era minoritária dentro do partido.

⁷ A Lei que extinguiu o sistema partidário vigente desde o A.I. n. 02 até então, e criou regras para a criação de novos partidos e outros assuntos relacionados, foi a 6.767 de 20 de dezembro de 1979. Pode ser lida no endereço abaixo: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6767.htm > Acesso em 20 de nov. de 2017.



Figueiredo, ainda assim, mesmo nestas condições, as vitórias eleitorais contribuiriam para o acúmulo de forças das legendas, posicionando cada um dos partidos em melhores condições de influenciar no processo político.

Ridenti (2014, p. 38), ao refletir sobre a atuação das oposições no período ditatorial, observa que,

após a derrota eleitoral de 1970, setores do MDB convenceram-se da necessidade de construir uma atuação oposicionista mais consistente, indispensável à sobrevivência do partido, presidido desde 1971 por Ulysses Guimarães, antigo político do PSD. A oportunidade veio com a distensão iniciada no governo Geisel. Candidatos do MDB usaram o horário eleitoral gratuito na televisão para fazer críticas ao governo durante a campanha eleitoral parlamentar de 1974. Buscavam representar certo descontentamento com a ditadura, que ficara indicado pelo número elevado de votos nulos e brancos em 1970, e que vinha aumentando com os problemas do “milagre econômico”. Os resultados eleitorais mostraram que o descontentamento era maior do que se supunha: com o apoio concentrado nos grandes centros urbanos, o MDB teve mais votos que a Arena para o Senado, embora perdesse por pequena margem no sufrágio para a Câmara Federal. Apesar de manter a maioria no Congresso, o governo ficou assustado, mesmo considerando que os eleitos pelo MDB em geral eram moderados e até aderiam às diretrizes governamentais.

A via eleitoral, de maneira crescente, ganha importância no processo político vivido no país, a partir de 1974 e continuará relevante, sobretudo após o fim do Estado de Exceção. E como se, a partir do golpe civil-militar de 1964, tivesse havido uma aprendizagem, parte da população começa a associar o governo do período com a ARENA, e percebe que votar no MDB podia ser uma forma de sinalizar seu descontentamento com a atual situação que o país vivia.

Afirma Lamounier que,

o bipartidarismo imposto, a própria debilidade do partido oposicionista e a supressão das eleições diretas combinaram-se, portanto, para tornar plebiscitária a manifestação eleitoral, conferindo à eleição para o Senado uma conotação simbólica de pronunciamento acerca do regime e da situação do país em seu conjunto. (1988, p. 112)

O autor refere-se à vitória do candidato do MDB de São Paulo, Orestes Quércia, sobre o situacionista Carvalho Pinto, conquistando 4,6 milhões de votos, contra 1,7 milhões de votos do candidato arenista. Cabe observar que nas eleições de 1974 havia uma vaga para o Senado em disputa. Os outros dois terços da casa seriam renovados na eleição de 1978. Tal desempenho do MDB leva Lamounier a concluir que se por um lado fica claro que havia uma intenção de revitalizar a legitimidade do sistema pela via eleitoral, por outro, houve uma manifestação popular no sentido



oposto. “A Arena passou a ser vista como o partido ‘do governo’, ‘dos ricos’, ‘da elite’, e o MDB como o partido dos ‘underdogs’, ‘dos pobres’, ‘da oposição’” (1988, p. 115).

Portanto, no retorno ao pluripartidarismo, o PMDB lutará para ser o herdeiro do legado do MDB. Havia um posicionamento no partido de crítica a política econômica engendrada pelo regime militar e pela exclusão dela decorrente. O partido se qualificou enquanto sendo a oposição e isso vinha repercutindo nos resultados eleitorais. São algumas das questões em jogo, em 1980, quando as legendas começam a se movimentar para buscar seu registro no TSE.

O “Programa Básico” do PMDB e o conflito distributivo.

O “Programa Básico” é um pequeno livro de 91 páginas, distribuído pelo gabinete do então senador Orestes Quércia para os diretórios do partido. A publicação data de maio de 1980.⁸ O texto está dividido em quatro partes: Manifesto dos Fundadores do PMDB à Nação, Fundamentação do Programa e as Advertências do Passado, Programa Básico e, por último, Estatutos.

Neste documento, o partido defende a participação popular, as aspirações das maiorias marginalizadas e das minorias (aqui entendidas como mulheres, negros, menores, índios, jovens e analfabetos), a resistência democrática, a livre organização sindical, o pensamento livre, deseja romper com a política das elites, apoia a democratização não só do estado, mas da sociedade e a atuação dos movimentos sociais.⁹ O horizonte é uma democracia representativa, mas com forte participação do estado no planejamento econômico. O sistema democrático, “não como tática provisória, mas como princípio primordial e inarredável”¹⁰ A visão de país que o partido deseja, neste momento de sua história, ganha contornos nítidos neste documento.

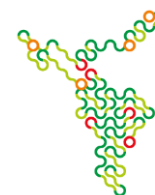
O documento fala em “primazia do povo” e defende que “a primeira e a mais importante lição é a da superioridade das massas sobre as elites que pretendem tutelá-las.”¹¹ O que dá a entender que

⁸ Neste primeiro ano de existência do PMDB, um grupo de intelectuais tinha relevante atuação na elaboração teórica, tendo inclusive sido responsável por construir os primeiros documentos do partido, como “Proposta de Debate”, de início dos anos 1980 e o “Manifesto de Fundação do Partido”, cujo texto está também na primeira edição da Revista do PMDB, de julho de 1981. O “Manifesto” foi incorporado ao “Programa Básico”, publicado na primeira metade do ano de 1980, no mês de maio. Compunham este grupo de intelectuais o economista José Serra, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, o cientista político Roberto Mangabeira Unger e o ex-deputado Raphael de Almeida Magalhães. Cf. Mucinhato (2015, p. 55)

⁹ PMDB: Programa Básico, 1980, p. 10.

¹⁰ Ibidem, p. 21.

¹¹ PMDB: Programa Básico, 1980, p. 17.



o partido ambiciona ter um perfil não elitista. E ainda: “a terceira lição é a forte relação entre a realização das aspirações trabalhistas e a existência do Estado democrático. A democracia deve assegurar condições para que a consciência popular se forme e permita o longo aprendizado coletivo da prática organizatória”.¹²

Logo no segundo ponto de seu programa, o partido deixa claro de que lado está, quando afirma que “o PMDB será a expressão política da maioria da população brasileira, oprimida pelo regime autoritário e explorada por um sistema econômico voltado para a satisfação de uma pequena minoria”¹³. O partido pretende representar uma ampla base social: “a grande massa trabalhadora rural e urbana, os quadros técnicos e profissionais liberais, os empregados dos escritórios e das empresas, o funcionalismo público, os pequenos empresários e proprietários da cidade e do campo.”¹⁴ Em outro trecho, além de reafirmar estes setores sociais como uma desejada base de apoio, há a inclusão do termo “grande massa de marginalizados”¹⁵ Existe a ambição de ser um partido de massas. O inimigo a ser derrotado é identificado no programa como a elite do privilégio e os grandes oligopólios econômicos, assim como o capital estrangeiro. A meta do partido é:

transformar em prática das massas populares os ideias de liberdade, bem-estar social, igualdade de oportunidades e a participação nos bens materiais que a riqueza e o desenvolvimento econômico do país já permitem. O objetivo central do PMDB é erradicar a miséria e assegurar trabalho, dignidade e participação ao povo brasileiro.

No documento há, em primeiro lugar, um diagnóstico do problema a ser enfrentado. Os trechos são claros e contundentes, como podemos perceber a seguir: “as desigualdades de riqueza e renda, bem como de acesso à segurança, às oportunidades e ao poder no sistema distributivo, são tamanhas e tão enraizadas no Brasil que só cederão a uma força popular combativa e organizada”¹⁶. O partido compreende a desigualdade social como um problema e parte do princípio de que suas ações precisarão do apoio do povo. Neste sentido, percebe-se uma continuidade com relação à pauta do antigo MDB, sobretudo a partir de 1974 em que passa a condenar as injustiças sociais. Mas, uma vez detectado a existência do problema distributivo, como o partido propõe combatê-lo?

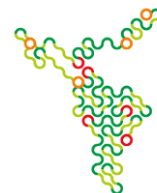
¹² Ibidem, p. 18.

¹³ Ibidem, p. 21.

¹⁴ Ibidem, p. 18.

¹⁵ Ibidem, p. 21.

¹⁶ Ibidem, p. 13.



Ao longo do documento, evidências vão surgindo a respeito de onde está o centro do problema a ser combatido e a melhor forma de fazê-lo. O “grande capital” surge como agente espoliador, também responsável pela miséria de boa parte da população. Para enfrentá-lo, o partido argumenta que precisa do apoio da população. Que não quer ser um partido apenas de eleições, mas que atue todo tempo, e em todos os lugares, junto com os movimentos sociais e não os tutelando. O partido se posiciona neste conflito, como podemos aferir lendo o trecho que segue: “O PMDB considera que o trabalho é o fundamento da riqueza coletiva. Os interesses do trabalho se sobrepõem aos do capital e impõem justiça na repartição de renda e riqueza.”¹⁷ E vai além, reafirmando o papel de protagonista do Estado na defesa do interesse da população. Estado esse que deve ser democratizado, bem como a sociedade. “Para o Partido, tanto as empresas de propriedade estatal, quanto as de propriedade privada deverão pautar suas decisões de produção e gestão segundo o interesse público.”¹⁸

Neste sentido, almeja-se:

uma sociedade em que se estabeleça o controle político democratizado sobre os fluxos básicos de investimento para assegurar que as diretrizes do processo de acumulação obedeçam a decisões majoritárias. Isso para impedir que a retração dos investimentos subverta os planos reformadores; para reorientar o perfil da produção e do consumo, bem como a relação entre indústria e agricultura e entre a economia brasileira e estrangeira. Tudo para servir as necessidades populares.¹⁹

Pressupor o planejamento estatal sobre a economia é uma das características deste programa político. Não se curvar diante do poder econômico, antes o contrário, desenvolver mecanismos para que a atividade econômica atenda as demandas da população, e não a interesses de uma minoria. No entanto, a relação entre os campos político e econômico conhecem alguns limites, ainda no programa, como poderemos ver a seguir:

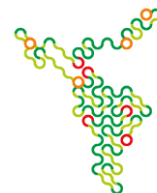
para o PMDB, o nacionalismo não se confunde com chauvinismo, nem com a estatização dos meios de produção. Em circunstâncias específicas, o PMDB lutará para estatizar determinados ramos da atividade econômica. Mas é preciso não confundir a forma estatal da propriedade com a política nacionalista.²⁰

¹⁷ PMDB: Programa Básico, 1980, p. 22.

¹⁸ Ibidem, p. 22.

¹⁹ Ibidem, p. 13.

²⁰ PMDB: Programa Básico, 1980, p. 50.



Deixar claro que não se pretende uma estatização dos meios de produção sugere uma forma de se afastar ideologicamente do socialismo. E também expõe alguns pontos mais detalhados, sobretudo no item o “PMDB e a Economia”. “Como premissa de sua política, o PMDB rejeita como mentirosa a teoria segundo a qual, para promover o crescimento da economia, é preciso concentrar renda e adiar a distribuição para um futuro que nunca chega”. E, ainda,

Repele a ideia de que para combater a inflação seja imprescindível levar a economia à recessão, comprimir os salários e aumentar o desemprego. Como repele a enganosa tese de que a enorme dívida externa brasileira e a profunda desnacionalização de nossa economia, sejam indispensáveis para elevar a poupança, propiciar tecnologia e acelerar o crescimento econômico.²¹

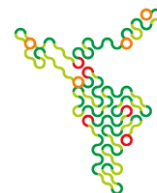
O partido, ao contrário das teses neoliberais, ressalta a importância de combater o desemprego e vê na questão salarial importante via de redistribuição de riquezas, o documento também enfatiza a relevância da livre organização sindical, peça fundamental para os trabalhadores, nas disputas entre capital e trabalho. No caso dos salários, estes devem ser reajustados de acordo com a elevação do custo de vida e só a partir destes reajustes – a serem realizados cada vez que a elevação do custo de vida ultrapasse dez por cento, para não prejudicar o poder aquisitivo dos trabalhadores - os sindicatos e empresários negociarão aumentos reais, sem interferência do governo. Os salários devem ser “instrumento de proteção dos trabalhadores precariamente organizados, e seja fixado de modo a atingir, no menor prazo possível, um valor real e único suficiente para satisfazer às necessidades vitais do trabalhador e sua família.”²²

O partido defende também, normas que submetam o sistema bancário à fiscalização pública. Com relação ao mercado financeiro, defende taxação dos lucros e mecanismos que evitem a socialização das perdas. Com relação ao capital estrangeiro, o documento defende controlar a remessa de divisas das multinacionais que atuam no país bem como controlar a entrada de novas multinacionais e criar mecanismos que impeçam a compra de empresas nacionais por empresas estrangeiras. “É preciso nacionalizar a economia e evitar que, devido aos mecanismos de endividamento externo, se produzam situações privilegiadas de crédito e financiamento para empresas multinacionais.”²³

²¹ Ibidem, p. 30.

²² Ibidem, p. 30.

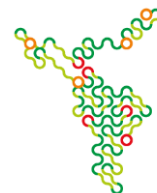
²³ PMDB: Programa Básico, 1980, p. 35.



O documento aborda questões como habitação popular, saúde, educação, previdência social, meio ambiente, produção rural, sempre reafirmando o papel do estado e visando proteger a maioria da população, trabalhadores e marginalizados, e marcando algumas posições com forte apelo ao desenvolvimento nacional e de enfrentamento ao grande capital.

O PMDB é considerado, para Mucinhato (2015, p. 135), em sua fundação, no ano de 1979, como partido de centro-esquerda. No entanto, a análise que o autor fez, leva em consideração o quadro partidário, de onde ele observa que o PMDB, que perdeu quadros moderados e liberais para o Partido Popular (partido criado para se posicionar no centro político, e também contava com quadros da extinta Arena) manteve seus quadros combativos, inicialmente não os perdendo pras novas legendas que surgiam no campo da oposição como PDT e PT. Em sua fundação, o PMDB, era mais homogêneo que o MDB. Situação que muda com a incorporação do Partido Popular, que ocorreu no ano de 1981, que trouxe de volta ex-emedebistas da ala moderada e figuras que até pouco tempo atrás estavam na Arena para compor nas fileiras do partido. Benevides (1986) observa que com a incorporação do PP, ocorre uma “deformação mórbida” com o PMDB.

O objetivo deste texto foi analisar o “programa básico” do PMDB à luz das considerações de Piketty sobre o conflito redistributivo. E neste sentido, pelas posições observadas na fonte analisada, o partido se comprometia a enfrentar o “grande capital” em favor da grande maioria da população brasileira, a intervir claramente no campo econômico, disciplinando as grandes empresas, controlando a evasão de divisas, reafirmando a importância do salário mínimo e da geração de empregos. Neste sentido, o partido, ainda que não desejasse a abolição das relações sociais capitalistas de produção, se inscreve no espectro político à esquerda, uma vez que reafirma a importância da ação estatal e das lutas sociais para atenuar a miséria dos menos favorecidos.



REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BENEVIDES, Maria Victória. Ai que saudade do MDB! **Lua Nova: Revista de Cultura Política**. São Paulo, v. 3, n. 1, junho de 1986.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000200006> Acesso em 26 de nov. de 2017.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 1992. 349 p.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1995. 598 p.

LAMOUNIER, Bolivar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988, p. 83-134.

MUCINHATO, Rafael Moreira Dardaque. **Um passo adiante, dois passos para trás: O PMDB de 1979 a 1982**. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. 164 p.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: ed. Intrínseca, 2015. 144 p.

PMDB: Programa Básico. Maio de 1980.

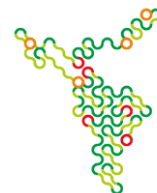
RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: _____;

REIS, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014. 267 p.

SANTOS, Andréa Cristiana. A transição do regime militar para a democracia: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) entre enlases e jogos da política. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. **Anpuh 50 Anos**. p. 1-16. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935381_ARQUIVO_textoparaanpuh.pdf> Acesso em 26 de nov. de 2017.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 14ª ed. Rio de Janeiro: ed. Record, 2009. 204 p.

VAROUFAKIS, Yanis. **O minotauro global: a verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global**. São Paulo: ed. Autonomia Literária, 2016. 304 p.



SINDICALISTAS E MILITANTES: LUTA E OPOSIÇÃO ÀS REFORMAS TRABALHISTAS NA ERA VARGAS.

Carlos Alberto Lourenço Nunes¹

O objetivo desta comunicação é analisar a recepção do operariado à criação do Ministério do Trabalho e a decretação do conjunto de medidas destinadas a mudar o modelo das relações de trabalho. Como fonte utilizar-se-á a documentação anexada ao processo crime n. 227, aberto em 18 de outubro de 1937 pelo Tribunal de Segurança Nacional e o livro de memória do militante do Partido Comunista Manoel Alves Ribeiro. A análise visa perceber a combatividade de indivíduos que não aceitaram passivamente essas mudanças vindas de cima para baixo, mas enfrentaram-na elaborando uma série de proposições visando à mudança de vários artigos adequando-os segundo as suas próprias concepções. Assim como perceber semelhanças desse acontecimento no tempo presente nas reformas da CLT propostas pelo governo Temer na guisa de flexibilizar e “regular” as relações de trabalho com vistas à atender demandas do mercado internacional.

Palavras-chave: leis; trabalho; governo.

SINDICALISTS AND MILITANTS: FIGHTING AND OPPOSING LABOR REFORMS IN THE VARGAS ERA.

Abstract - The purpose of this communication is to analyze the reception of the laborer to the creation of the Ministry of Labor and the decree of the set of measures aimed at changing the model of labor relations. As a source will be used the documentation attached to the crime file n. 227, opened on October 18, 1937 by the National Security Court and the memory book of Communist Party militant Manoel Alves Ribeiro. The analysis aims to perceive the combativity of individuals who did not passively accept these changes from the top down, but faced it by elaborating a series of propositions aiming at changing several articles according to their own conceptions. As well as perceiving similarities of this event in the present time in the reforms of the CLT proposed by the Temer government to flexible and "regulate" labor relations in order to meet the demands of the international market.

Keywords: laws; job; government

No final dos anos 1920 e início dos anos 1930 Florianópolis passava por outro ciclo de estagnação econômica que agravou ainda mais as relações entre trabalhadores e empresários. Somente nos anos de 1950 iniciar-se-á a retomada do crescimento econômico impulsionado pela ligação da rede elétrica da cidade à termoeletrica de Capivari juntamente com a instalação do novo serviço de luz e água, pelo crescimento do comércio e a criação da Universidade Federal de Santa

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História (PPGH) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Bolsista do Programa de Demanda Social da Fundação de Coordenação e Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-DS).



Catarina¹. Todavia um dos principais fatores apontados como responsáveis pelo quadro econômico é a guinada política acionada pela Revolução de 1930. Com Vargas assumindo o poder

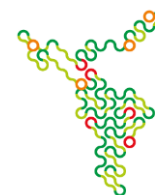
A 25 de outubro toma posse [em Santa Catarina] o interventor, general Ptolomeu de Assis Brasil. [...] foram designados para Secretários do governo pelo interventor da revolução vitoriosa, Manoel Pedro da Silva e Cândido Ramos. A 9 de novembro eram presos no Rio o ex-presidente Adolfo Konder, Simões Filho e Armênio Jouvin. A 12 do mesmo mês, o ex-ministro da Viação do deposto presidente Washington Luiz, Vistor Konder segue para a Europa a bordo do paquete “Madrid”. No mesmo dia era preso naquela cidade Fúlvio Aducci. [...] com os fatos revolucionários, esfacela-se, praticamente o Partido Republicano Catarinense. Seus líderes maiores amargam o opróbio dos vencidos, sofrendo pressões, prisões, ausentando-se alguns do país. Emerge, então, o Partido Liberal Catarinense – sucedâneo da Aliança Liberal, ou Partido Aliancista, como designavam, principalmente no sul do Estado, comandado pela família Ramos, nas expressões do coronel Vidal, seu filho Nereu, seu sobrinho Aristiliano e seu irmão, coronel Belisário Ramos. (LENZI, 1983, p. 102 e 103).

Com a mudança na arena política, tanto nacional quanto estadual, um novo quadro econômico, administrativo e político foi posto em prática no cenário catarinense e isso impactaria sensivelmente as relações de trabalho em geral. As políticas varguistas introduzem um novo elemento para organização dos operários: a lei de sindicalização de 1931². Mesmo que a função primária da lei de sindicalização fosse enquadrar os sindicatos a um modelo de colaboração com o Estado, os operários enxergaram nesse modelo brechas que possibilitavam barganhar acordos, benefícios e direitos. Ou seja, em um recorte em que a classe operária dispunha de quase nenhuma lei que regulamentasse as relações entre trabalhadores e empregadores essa lei significou um grande avanço nas relações trabalhistas. No quadro abaixo pode-se encontrar o crescimento significativo do número de sindicatos, associações e federações operárias em Florianópolis.

Ano Fundação	SOCIEDADES
-----------------	------------

¹ CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA (CAGSC). Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: [estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)]. Florianópolis: CEAG/SC, p. 193 e 194.

² Em Síntese: O primeiro ministro do Trabalho, nomeado quando da criação do ministério, foi Lindolfo Collor. A ele coube colocar em andamento um conjunto de medidas destinadas a mudar o padrão das relações de trabalho no país. Partia-se do pressuposto de que apenas com a intervenção direta do poder público seria possível amortecer os conflitos entre capital e trabalho presentes no mundo moderno. Essa intervenção ganhou expressão concreta em março de 1931, quando, pelo Decreto nº 19.770, foi estabelecida a Lei de Sindicalização. A nova lei tinha como objetivo geral fazer com que as organizações sindicais de empresários e trabalhadores se voltassem para a sua função precípua de órgãos de colaboração do Estado. A intenção, portanto, era colocar em prática um modelo sindical baseado no ideário do corporativismo. Fonte: CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em< <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial>> Acessado em 06 de outubro de 2017.



1891	Liga Beneficente Operária
1920	Sociedade União dos Trabalhadores de Florianópolis Sociedade Recreativa e Beneficente S. João (da Capitania dos Portos)
1921	União Gráfica Beneficente
1922	União Beneficente e Recreativa Operária
1925	Sociedade Beneficente Caixa dos Empregados no Comércio
1926	Sociedade Beneficente dos Choferes de Santa Catarina
1927	Sociedade Beneficente Recreativa União Familiar Sociedade Beneficente dos Empregados Postais de SC
1928	Sociedade de Amparo às Famílias
1929	União Beneficente Proletária de Classe
1930	União dos Garçons de Florianópolis
1931	Sindicato dos operários em fábricas de Rendas e Bordados Sindicato Operário em Construção Civil de Florianópolis Sindicato dos Trabalhadores de Armazéns e Trapiche Sindicato dos Operários Metalúrgicos de Florianópolis Sindicatos dos Gráficos União dos Operários Estivadores União Beneficente dos Carroceiros de Florianópolis União dos Eletricistas de Florianópolis
1932	Sociedade União dos Garçons União dos Trabalhadores Marítimos e Terrestres Aliança dos Empregados em Padarias Sindicato dos Trabalhadores em Luz e Telefone Federação Regional dos Sindicatos de Florianópolis



1934	União dos Empregado em Hotéis, Restaurantes e Congêneres Associação dos Guardas Aduaneiros de Florianópolis
1935	Sindicato dos Bancários de Santa Catarina Caixa dos Empregados do Comércio Coligação das Associações Operárias de Florianópolis
1937	Círculo Operário de Florianópolis
1943	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Florianópolis.

Figura 11. Fonte: COLLAÇO, Vera Regina Martins. O Teatro da União Operária: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Florianópolis, 2004. p. 297.

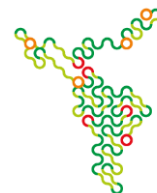
Essa nova disposição não só estimulou novas maneiras de organização operária frente aos novos tempos como também deu aos militantes do PC catarinense maiores possibilidades de ação. Uma das possibilidades foi utilizar a lei em seu favor participando e criando sindicatos. Segundo Ribeiro:

No ano [de] 1931, começamos uma campanha para organizar sindicatos. Em Florianópolis não havia quase indústria, pois estas estavam localizadas no Vale do Itajaí. Mesmo assim, fundamos os sindicatos da construção civil, metalúrgicos, gráficos, padeiros, garçons, comércio e estivadores. (RIBEIRO, 2001, p.38).

A declaração de Ribeiro coincide com as informações apuradas por Collaço e podemos reparar no forte crescimento no número de sindicatos ocorridos naquele ano. Apesar da lei de sindicalização, não podemos atribuir esse crescimento somente a ela, mas também, nesse caso, aos interesses dos militantes junto aos trabalhadores.

Escrevendo sobre esse momento de crescimento vertiginoso do número de sindicatos, Moisés Vinhas faz os seguintes apontamentos

Um dos principais sinais de efervescência política na qual está mergulhada a sociedade brasileira é o crescimento organizatório do movimento sindical, que se libertava da influência anarquista. [...] Vale observar que, através desse crescimento permanente, os números variam: aumentam e diminuem em função das mudanças da legislação, na estrutura sindical e na conjuntura política, mas a tendência dominante nos sindicatos, lideranças e associados, era a de se manter e movimentar “dentro das leis estabelecidas”. Apesar disso, o PCB e outras correntes de esquerda conseguiam fazer pronunciamentos políticos através das cúpulas sindicais. A intensa atividade política dos militantes do PCB no movimento operário e sindical culmina, em 1935, na realização de Convenções Sindicais Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical. (VINHAS, 1982, p. 69)



Corroborando com a citação de Vinhas acrescentamos outra informação retirada do livro de memórias de Ribeiro. Nesta declaração ele aponta outra possibilidade vinda da entrada e a ação dos militantes dentro dos Sindicatos:

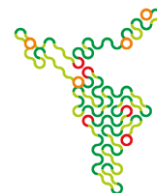
Os sindicatos podiam apresentar seus representantes à Câmara Federal, desde que eleitos em assembleia, pelos respectivos órgãos de classe. Uma para cada Estado. Ventura que tinha grande prestígio no meio do operariado candidatou-se, mas como já era conhecido da classe dominante como revolucionários, embora tivesse maioria dos votos, foi passado para trás. [Com a morte do titular, porém] foi então convocado Álvaro Ventura [que] saberia defender, naquele parlamento, o interesse de sua classe. (RIBEIRO, 2001, p. 39).

Segundos dados extraídos do processo n.º 227 movido pelo Tribunal de Segurança Nacional em que são acusados Álvaro Soares Ventura e outros militantes do partido em Florianópolis, todos eles possuíam ligação com os sindicatos operários da capital desde a organização da União Beneficiária Recreativa Operária (UBRO), em 1922, até a formulação de novas entidades sindicais a partir de 1931. Corroborando apresenta-se outro trecho em que Ribeiro afirma a ação direta dos militantes do partido na fundação dos “sindicatos da construção civil, metalúrgicos, gráficos, padeiros, garçons, comércio e estivadores”. (RIBEIRO, 2001, p.38).

Ou seja, uma boa parte da experiência de vida dessas pessoas passou-se no interior destas entidades. Por meio de tais agremiações foram trocados informações e saberes com organizações congêneres de todo país. Essas trocas, observando as particularidades locais, provavelmente, foram utilizadas na formulação de novas estratégias para reivindicações da classe operária. Além disso, formavam um espaço de socialização, politização, debate, diversão, etc. Contudo, cabe ressaltar que sindicatos também foram utilizados para outros fins: politicagem, conspiração, arregimentação, etc. Não por acaso, esses espaços podem ser descritos como espaços de disputas, debates e rivalidades, pois o peso destas entidades transcendia o espaço físico estendendo-se por toda a sociedade. Em relação às discussões do movimento sindical nos grandes centros do país os sindicatos de Florianópolis e outras regiões do Estado não estavam isolados ou alienados. Pelo contrário, participavam ativamente inclusive enviando representantes as convenções nacionais³. Essa condição se deve em grande medida à participação dos militantes do PC catarinense.

Neste ponto retoma-se a citação de Vinhas: “a intensa atividade política dos militantes do PCB no movimento operário e sindical culmina, em 1935, na realização de Convenções Sindicais

³ Autos do processos p.53



Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical”. (VINHAS, 1982, p. 69). Essa informação tem pontos em comum com as informações anexadas ao processo n.º 227.

Quando a polícia fez buscas na casa de Álvaro Soares Ventura foi encontrado uma ata da reunião datada de 4 de agosto de 1934.

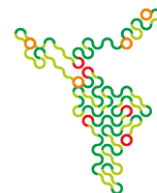
O objetivo desta reunião era a criação de uma Frente Única Proletária Ampliada. O objetivo é similar ao informado por Vinhas. E mesmo que não se remeta, necessariamente, a ela, esta ata concede mais indícios que fortalecem a argumentação de que o PC catarinense mantinha sua política alinhada com o do Comitê Central.

O documento tem por tema o seguinte título: “4 de agosto de 1934, Reunião Preliminar da Frente Única Proletária Ampliada”. Compareceram os seguintes órgãos de representação operária: Liga C. Internacional, P. Socialista Proletário, Partido Trabalhista, Ala E do P.S.B, Partido Comunista, Juventude Comunista, Sindicato do E. e O. de Moinho e Fábrica de Biscoitos, União dos Trabalhadores Metalúrgicos, Coligação dos Operários e Empregados da Light e Associada, Sindicato dos Trabalhadores em Marcenarias e Classes afins, Federação Vermelha de Estudantes, Sindicatos dos E. no Comércio Hoteleiro, Sindicato (ilegível) da Central do Brasil, Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (C.G.T.B), Federação Proletariado E. do Rei, Comitê N. de R.C.G.R.F.

O local da reunião não é revelado. Contudo, baseando-se na presença de Ventura na reunião em 1934, época em que Ventura exercia o mandato de deputado Classista no Rio, torna-se bem plausível apontar o Estado do Rio de Janeiro como local.

A reunião, presidida por Plínio Melo⁴, conta com a participação de vários representantes sindicais do país. Contudo, o encontro resumiu-se à proposição de sugestões para a realização de uma nova conferência no sábado seguinte, 11 de agosto de 1934. Ao que parece, essa decisão foi acertada pela ausência de alguns sindicatos, em especial, o sindicato dos bancários. Talvez essa decisão tenha sido motivada pela importância dos bancários na confecção da Frente Única Proletária Ampliada. Os bancários representavam uma categoria expressiva na luta por direitos, tanto pelo seu número quanto pela atividade que desempenhavam dentro do sistema econômico.

⁴ Plínio Gomes de Mello foi um jornalista natural de Porto Alegre. Filiasse ao PCB ainda nos anos 1920 construindo uma trajetória muito relevante dentro do partido e do movimento sindical. Disponível em: < <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/memoria-plinio-mello>>. Acessado em 12 de outubro de 2017.



A reunião foi finalizada com a reiteração da importância da criação de uma Frente Única Proletária Ampliada da uma maior conscientização do proletariado frente à importância do tema e das vantagens advindas de tal empresa. A participação de militantes do PCB na reunião sugere a hipótese de que essa reunião fez parte da ação política dos comunistas no movimento operário e sindical que culminaria, em 1935, na realização de Convenções Sindicais Estaduais, no Congresso Sindical Nacional e na organização de uma Central Sindical. (VINHAS, 1982).

A relação desta ata com o Partido em Santa Catarina é interessante, pois Álvaro Ventura (sindicato dos Estivadores em Florianópolis), Oscar Amon (sindicatos trabalhadores da construção civil) e João Luís da Silva (sindicato dos Estivadores de Laguna) atuavam em sindicatos e visavam à criação de uma Frente Única com vários outros sindicatos do estado⁵.

A FRENTE ÚNICA—PASSO DECISIVO PARA A UNIDADE SINDICAL.

Como passo decisivo para a unidade sindical concreta está a aplicação justa da tática de frente única pela base. A frente única pela base quer dizer realizar a frente única desde dentro das fábricas, empresas, fazendas, tudo para a conquista da maioria dos trabalhadores para a luta por um programa de reivindicações imediatas, esquecendo todos os ressentimentos que por ventura existam. Ao aplicarmos a tática de frente única, devemos fazer participar não só os trabalhadores isolados de diversas tendências como também a todos os organismos de base de outras organizações, devemos mobilizar todas as frações de base à direção, traçar um plano de ação, adaptado a cada fábrica, a cada região, a cada indústria e apresenta-lo a cada sindicato. A frente única deve ser utilizada para reforçar e consolidar nossas posições. (AUTOS, p. 53)

Esta atuação estava em consonância com a tendência de época, isto é, o fortalecimento da representação proletária através da união de vários sindicatos aumentando assim a força reivindicativa do operariado. Foi seguindo o “consenso” da criação de uma Frente Única que o deputado classista⁶ Álvaro Ventura assina (25 de janeiro de 1935⁷)

como delegado do Sindicato da União dos Operários Estivadores de Florianópolis, havendo sido eleito deputado classista pelos delegados-eleitores independentes, constituídos em Frente Única, assumo perante as testemunhas abaixo assinadas, o compromisso de defender o programa da mesma organização proletária.⁸

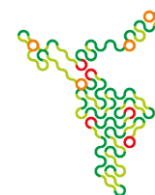
A declaração faz menção a uma série de atribuições operárias reivindicadas desde a Primeira República: maiores salários, jornadas de trabalho menores e melhores condições de trabalho,

⁵ Autos do processo p. 53

⁶ Seriam, ao todo, 40 representantes classistas: 17 representando os empregadores, 18 os empregados, 3 os profissionais liberais e 2 os funcionários públicos. A ideia era que a bancada classista funcionasse como uma força auxiliar do governo, neutralizando, em certo sentido, a força dos representantes das oligarquias regionais na futura Assembleia Constituinte. (BATISTELLA, 2015, p. 31)

⁷ Autos do processo p. 27.

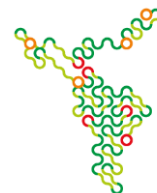
⁸ Autos do processo p. 27



garantias de seguridade social (auxílio-doença, pensões para viúvas, aposentadorias, etc.). Esses requerimentos eram referências e bandeiras políticas de organizações que buscavam sua legitimidade no movimento operário. Contudo, entidades de esquerda como o PCB perceberam o sequestro de suas bandeiras históricas pelas políticas trabalhistas implementadas por Vargas. Para o PCB, a política varguista visava “impedir a formação de uma política independente da classe operária, reforçando nela aimagem - ilusória - da comunidade de interesses entre todas as classes empenhadas na paz social, na democracia, no desenvolvimento nacional” (PIOZZI, 1983, p. 25). O documento assinado por Ventura defendia as seguintes propostas:

- 1- Pela defesa das mais amplas liberdades populares, em todas as suas manifestações e contra todas as leis e medidas reacionárias;
- 2- Pela defesa da legalidade e existência de todos os partidos políticos proletários;
- 3- Contra todas as manifestações guerreiras;
- 4- Pela anulação das conquistas religiosas em face do Estado;
- 5- Pelo não pagamento dos juros da dívida externa, enquanto não se resolver satisfatoriamente para o povo a situação econômica interna, e, pela proibição da remessa para o exterior das rendas das companhias estrangeiras;
- 6- Pela efetivação do direito de greve;
- 7- Na assistência aos desempregados e as populações desamparadas;
- 8- Pela revogação de todos os impostos que atinjam as classes pobres e pelo barateamento do custo de vida;
- 9- Pela instituição do seguro social para todas as classes;
- 10- Pela padronização dos salários, sob a base do nível médio de custo de vida;
- 11- Pela unidade e ampla autonomia sindical;
- 12- Pela revisão de todas as leis social-trabalhistas, aplicando-lhes as vantagens oferecidas ao proletariado, e pelo seu pronto cumprimento;
- 13- Pela criação de escolas proletárias dirigidas pelos sindicatos;
- 14- Pela instituição do ensino técnico profissional, gratuito, mantido pelo Estado e controlado pelos sindicatos.

Foi com a criação do Ministério do Trabalho, fundado em 26 de novembro de 1930, que deu-se início às políticas e medidas destinadas a mudar o modelo das relações de trabalho. Do ponto de vista do governo, somente com a intervenção direta do poder público seria possível amortecer os conflitos entre capital e trabalho presentes no país. Foi a partir da sistematização e a ampliação da Legislação trabalhista que em 1º de maio de 1943 foi realizada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que marcariam a sociedade brasileira até os dias atuais. Contudo, apesar do grande progresso contido nas leis, elas foram interpretadas como uma camisa de força que atrelava o movimento operário aos ditames do governo.

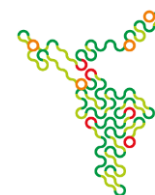


As cláusulas “(11)- Pela unidade e ampla autonomia sindical; (12)- Pela revisão de todas as leis social-trabalhistas, aplicando-lhes as vantagens oferecidas ao proletariado, e pelo seu pronto cumprimento” representavam os pontos centrais a serem combatidos na legislação trabalhista que se desenvolvia, pois, aos olhos dos comunistas “seu objetivo evidente era o combate a toda organização que permanecesse independente, bem como a todas as lideranças – socialistas, comunistas, anarquistas, etc. – definidas como capazes de articular movimentos de protesto contra a nova ordem institucional” (GOMES, 2005, p. 163). Segundo Araújo,

Os comunistas, por sua vez, defendendo a independência dos sindicatos em relação ao Estado, inicialmente, resistiram à proposta corporativa e combateram a Lei de Sindicalização, apesar de a estrutura sindical ter muitos pontos em comum com a defendida por eles. O combate à sindicalização oficial levou os comunistas a denunciar sistematicamente os sindicatos criados pelo Ministério do Trabalho, a criticar energicamente os sindicatos livres que pediam reconhecimento e a criar sindicatos paralelos aos já oficializados (ARAÚJO, 1996, p. 17).

Ou seja, de certa maneira os comunistas não estavam equivocados na interpretação referente as intenções do governo, pois a política sindical tinha alguns objetivos muito claros: combater o comunismo e outras ideologias contestatórias presentes no movimento operário; tornar o sindicato uma associação apolítica; promover a “paz social”, intervir e controlar diretamente a produção por meio do sindicalismo patronal (GOMES, 2005). No que compete a política trabalhista, conforme já mencionado, nada mais era do que o reconhecimento das leis sociais, conquistadas mediante mobilizações dos trabalhadores ao longo da Primeira República.

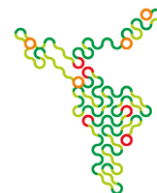
No entanto, o maior desafio do PCB consistia em convencer o proletariado do caráter controlador do Estado frente as lutas populares. Pois, segundo Angela de Castro Gomes, no que se refere à reação dos trabalhadores, o quadro foi dos mais complexos, pois houve setores do movimento operário que viram com interesse a proposta corporativa, apoiando e utilizando-a, até porque garantia negociações com o patronato; outros a consideraram perigosa pelos riscos que impunha à autonomia das associações operárias, mas caminharam para sua aceitação por julgá-la inevitável; e houve setores que a recusaram inteiramente, reagindo ante as investidas da política governamental. (GOMES, 2002). Segundo a mesma autora a tríade dar, receber, retribuir fundamentou a ideologia da outorga do “quem tem ofício (sindicalizado), tem benefício” (Idem 2002). Ou seja, mesmo que o documento assinado por Ventura constestasse e denunciasse todas as medidas aprovadas pelo governo como manobras de controle do proletariado, o PCB foi obrigado a se adaptar ao fluxo da nova política e agir dentro da lógica dos Sindicatos legal. Sem embargo, a entrada dos comunistas nos sindicatos



oficiais não pode ser considerada uma adesão ao projeto sindical do governo Vargas. Na verdade, ela foi concebida como uma medida tática para dar continuidade à luta pela autonomia sindical, além de também procurar manter a independência política desses sindicatos perante o Estado. O comportamento do PCB encontra eco nas observações de Bernstein, toda cultura política que pretenda continuar relevante no meio onde atua tem de se adaptar às mutações e as expectativas dos cidadãos (2009).

Reconhecer esse comportamento estratégico frente as políticas de controle do governo, permite compreender a participação de muitos sindicalistas, mesmo não comunistas, ao se aproveitarem da conjuntura e organizarem-se em sindicatos legais para continuarem na militância ao mesmo tempo que usufruíam dos benefícios da sindicalização. Uma dessas estratégias, inclusive, foi a organização de Sindicatos para elegerem representantes (deputados classistas⁹) para a Assembleia Constituinte que se realizaria no ano de 1934 conforme já mencionado. Na Assembleia Constituinte estariam no centro no centro da arena política e lá poderiam expor e defender propostas. É verdade, que hoje saba-se que a presença de representantes da classe operária pouco pesou nas decisões dos parlamentares, porém não se pode perde de vista as expectativas dos trabalhadores. Muitos deles, como Ventura, alimentaram a convicção de que fariam diferença e mudariam aspectos da vida do trabalhador. Essa possibilidade continua presente naquele passado para ser analisada. Mesmo o governo com toda sua força não conseguiu emplacar todas as suas propostas, pelo contrário, sofreu um importante revés quando sua proposta de manutenção da unidade sindical foi derrotada e substituída pelo princípio da pluralidade sindical. A nova condição, vista com bons olhos pela Igreja Católica e pelo empresariado, foi expressa em uma nova Lei de Sindicalização (Decreto nº 24.694, de julho de 1934), que garantiu maior autonomia sindical, mas manteve a exigência de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho.

⁹O primeiro texto legal a tratar do tema foi o Código Eleitoral, promulgado em 24 de fevereiro de 1932, como o Decreto 21.076, cujo artigo 142 atribuía poderes ao Governo Provisório para determinar “*o modo e as condições de representação das associações profissionais*”, quando da convocação da eleição para a Constituinte. Embora não trouxesse mais detalhes, a medida afirmava que essa representação participaria de alguma forma, da elaboração da nova Constituição, ao mesmo tempo em que fazia dela mais um recurso à disposição de Vargas¹. Em obediência a esse artigo, o Governo voltou ao assunto no Decreto 22.621, de 5 de abril de 1933, aquele em que elaborou o Regimento Interno e estabeleceu a composição da Constituinte, bem como assumiu o compromisso de fixar a data de convocação desta para 30 dias após a promulgação do resultado das eleições de 3 de maio de 1933, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (TSJE). Logo, de um total de 254 cadeiras da Constituinte, 40 estavam reservadas para “*sindicatos legalmente reconhecidos e pelas associações de profissões liberais e as de funcionários públicos existentes nos termos da lei civil*” (art. 3º). Fonte: BARRETO, Álvaro. As Regras da Eleição dos Deputados Classistas. Revista Acervo Histórico, São Paulo, n. 4, p. 33-40, 2005. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/539_arquivo.pdf. Acessado em 15 de junho de 2017.



Por outro lado, o governo não saiu “derrotado”, pois estava disposto a manter a situação social sob controle e promoveu a intervenção maciça nos sindicatos. Essa preocupação com o controle da situação social vai além de manter a ordem e segurança pública, segundo Edgard de Decca a concessão desses “direitos sociais” aos trabalhadores visava “o projeto político a ser cumprido naquele período, [...], a resolução dos problemas proletários nos limites da nação e neutralização do espectro de uma revolução socialista”. (Decca, 1992, p. 174). Isso nos ajuda a entender porque o PCB foi tão crítico em relação as políticas trabalhistas de Vargas. Pois consideravam essas leis um “engodo” para desmobilizar a população e frear as mudanças estruturais das quais o PCB era defensor.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DE SANTA CATARINA (CAGSC). Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: [estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)]. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

GOMES, Angela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COLLAÇO, Vera Regina Martins. **O Teatro da União Operária**: um palco em sintonia com a modernização brasileira. Florianópolis, 2004. 335 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0217.pdf>

BARRETO, Álvaro. As Regras da Eleição dos Deputados Classistas. Revista Acervo Histórico, São Paulo, n. 4, p. 33-40, 2005. Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/539_arquivo.pdf. Acessado em 15 de junho de 2017.

BERSTEIN, Serge. **Cultura política e historiografia**. In: Cultura política, memória e historiografia. Orgs. Cecília Azevedo...[et al]. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2009.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.



ARAUJO, Ângela Maria Carneiro. **As lideranças sindicais e a construção do sindicalismo corporativo nos anos 30**. In: REIS, Elisa; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; FRY, Peter (Orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996.

BATISTELLA, Alessandro. **A era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945)**. In.: *Unoesc & Ciência - ACHS Joaçaba*, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/viewFile/6555/pdf_50> Acessado em 05 de abril de 2018.

PIOZZI, Patrícia. **Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil**. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, 6: 25-36, 1983. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v6/v6a04.pdf>> Acessado em 01 de abril de 2018.

RIBEIRO, Manoel Alves. 1903-1994. **Caminho**. — Florianópolis: Garapuvu, 2001. 376p. 2ª ed.

Plínio Gomes de Mello. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-plinio-mello>>. Acessado em 12 de outubro de 2017.

VINHAS, Moisés. **O partido: a luta por um partido de massas: 1922-1974**. São Paulo: Hucitec, 1982.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC | FGV). Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial>> Acessado em 06 de outubro de 2017.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. **Partidos e políticos de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.



O RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2015 PUBLICADO PELO PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO) - O TRABALHO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO HUMANO - E AS AÇÕES E REAÇÕES DO GOVERNO, EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES BRASILEIROS.

Adilson Aparecido Caetano da Silva¹

Maria José de Rezende²

Resumo: O relatório de desenvolvimento humano de 2015 (RDH de 2015) é um documento publicado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e tem como tema o Trabalho como motor do desenvolvimento humano, este documento é apresentado em 2015, após vinte cinco anos, desde o primeiro em 1990, em meio a uma recessão econômica mundial onde se coloca em pauta reformas trabalhista e previdenciária e corte nos gastos públicos que poderão afetar os direitos conquistados a duras penas. O estudo deste relatório visa diagnosticar as possibilidades e dificuldades para constituir o trabalho sustentável no mundo atual, em específico no Brasil, tendo como parâmetro o conjunto de sugestões contidas no RDH de 2015, feitas aos diversos sujeitos sociais (Estados, trabalhadores, empresários e sindicatos), que visam tornar o trabalho um motor do desenvolvimento humano e as ações postas em andamento pelo governo e pela sociedade civil Brasileira no que tange a situação dos trabalhadores e de seus direitos.

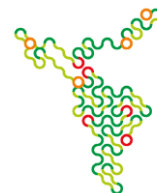
Palavras-chave: Trabalho. Desenvolvimento humano. Sustentabilidade.

THE HUMAN DEVELOPMENT REPORT 2015 PUBLISHED BY UNDP (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAM) - WORK AS A MOTOR OF HUMAN DEVELOPMENT - AND THE ACTIONS AND REACTIONS OF THE GOVERNMENT, BRAZILIAN ENTREPRENEURS AND WORKERS

Astract The 2015 Human Development Report (HDR 2015) is a document published by the United Nations Development Programme (UNDP) and has as its theme the work as human development engine, this document is presented in 2015, after twenty five years since the first in 1990, amid a global economic recession which is placed on the agenda labor and social security reforms and cuts in public spending that may affect the rights won with great difficulty. The study of this report is to diagnose the possibilities and difficulties in establishing sustainable work in today's world, in particular in Brazil, having as parameter the set of suggestions contained in the 2015 HDR, made to the various social actors (States, employees, employers and unions), aimed at making the work an

1 MBA Profissional em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal - ESAB (2009), Especialista em Educação Profissional – UTFPR (2010), Contador no Departamento de Orçamento e Finanças da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Londrina, Brasil

2 Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Brasil (1996), Professor associado da Universidade Estadual de Londrina, Brasil



engine of human development and the actions set in motion by the government and the Brazilian civil society regarding the situation of workers and their rights.

Keywords: Work. Human development. Sustainability.

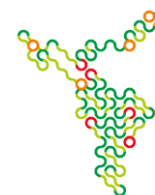
1 INTRODUÇÃO

Os RDHs (Relatórios do Desenvolvimento Humano) são publicações anuais do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, desde 1990, e tem por objetivo demonstrar o grau de desenvolvimento humano global, tais documentos consideram as dimensões de vida longa e saudável, conhecimento, nível de vida digno, participação na vida política e comunitária, sustentabilidade ambiental, direitos humanos e segurança (BOLZON, 2015).

Estão também na agenda dos RDHs a promoção da igualdade e da justiça social para reforçar e criar efetivamente as capacidades humanas, além de conter uma importante ferramenta o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, que é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. Segundo o PNUD, a criação do IDH teve como objetivo oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998 (PNUD, 2016a).

O RDH de 2015 traz em seu escopo o trabalho como motor do desenvolvimento humano e levanta um questionamento fundamental: como pode o trabalho reforçar o desenvolvimento humano tendo em vista a existência do trabalho infantil, do trabalho forçado, do trabalho realizado por vítimas de tráfico. Os impactos da globalização, do avanço tecnológico sobre o mundo do trabalho podem impedir o desenvolvimento humano. A frase apresentada nesse relatório ilustra bem esta situação: “nunca houve pior momento para ser um trabalhador apenas com competências e aptidões comuns, pois os computadores, os robôs e outras tecnologias digitais adquirem essas competências e aptidões a uma velocidade extraordinária.” (PNUD, 2015, p. 111).

2 OBJETO



O objeto deste estudo são os diagnósticos e prescrições acerca dos elementos que dificultam e impossibilitam o trabalho sustentável no mundo atual. São também objetos desta investigação o conjunto de sugestões, feitas aos diversos sujeitos sociais (Estados, trabalhadores, empresários e sindicatos), que visam tornar o trabalho um motor do desenvolvimento humano e as ações postas em andamento pelo governo e pela sociedade civil no Brasil no que tange a situação dos trabalhadores e de seus direitos. Este projeto está vinculado ao projeto de pesquisa “Os RDHs (Relatórios do Desenvolvimento Humano) produzidos pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) entre 2001 e 2010 e a exposição das dificuldades de cumprimento das metas socioeconômicas denominadas ODMs (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) da ONU”, de autoria e coordenação da Prof^a. Dra. Maria José de Rezende³.

O RDH de 2015, contém 6 capítulos divididos em: Trabalho e desenvolvimento humano - relações analíticas; Desenvolvimento humano e trabalho: progressos e desafios; O mundo do trabalho em mudança; Assimetrias entre trabalho remunerado e não remunerado; Avançar para o trabalho sustentável e Potenciar o desenvolvimento humano através do trabalho.

Dessa forma, o RDH de 2015 constitui um material de grande importância e relevância, pois traz consigo dados estatísticos, análises e propostas que poderiam impactar na vida de milhões de pessoas de todo o mundo, seja nas gerações do presente ou futuras.

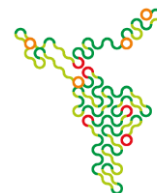
Helen Clark Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento constata:

O Relatório identifica o trabalho sustentável, que promove o desenvolvimento humano ao mesmo tempo que reduz e elimina efeitos colaterais negativos e consequências indesejáveis, como um importante alicerce do desenvolvimento sustentável. O trabalho sustentável expande as oportunidades da geração atual, sem comprometer as das gerações futuras (PNUD, 2015, p. IV)

3 PROBLEMÁTICA

O que impede e/ou otimiza, segundo os elaboradores do RDH de 2015, a consolidação do trabalho sustentável como motor do desenvolvimento humano? Tendo em vista as mudanças no mundo do trabalho qual o papel do Estado e da sociedade na conjuntura global atual?

³ Doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo, Brasil (1996), Professor associado da Universidade Estadual de Londrina, Brasil



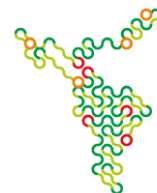
Como esse processo será construído e conduzido tendo em vista o conflito de interesses, ideologias e noções diferentes sobre desenvolvimento sustentável? De que modo os formuladores do RDH de 2015 lidam com os diversos sujeitos sociais (Estado, sindicatos, associações ligadas ao mundo do trabalho, associações empresariais) que se enfrentam no processo de garantir ou subtrair os direitos dos trabalhadores? Nas condições atuais é possível fazer do trabalho um motor do desenvolvimento humano? De que maneira isto seria realizável num quadro de fragilização dos sindicatos e de outras formas de organização dos trabalhadores mediante uma situação de expansão tecnológica que diminui de modo extensivo e cada vez mais alargado os postos de trabalho? De que maneira o governo brasileiro e a sociedade civil têm atuado mediante a situação de precarização do trabalho e dos direitos dos trabalhadores?

4 HIPÓTESE

Nas condições atuais (crise de representatividade política, aumento do desemprego, queda da arrecadação financeira e aumento da dívida pública brasileira) é possível a construção do desenvolvimento humano, em meio aos conflitos de interesses presentes na sociedade, para que o trabalho seja realmente um motor do desenvolvimento sustentável? Os formuladores do RDH de 2015 lidarão com os atores sociais (Estado, sindicatos e associações de trabalhadores e de empresários) de forma a garantir e avançar os direitos dos trabalhadores?

A construção de um contrato social para implantação do trabalho decente “(i) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; (ii) eliminação de todas as formas de trabalho forçado; (iii) abolição efetiva do trabalho infantil; (iv) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação.” (OIT, 2016). A promoção do emprego produtivo e de qualidade, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social (trabalhadores, empresários e Governo), possibilitará uma ação coletiva nacional, para estabelecer caminhos e superar a diminuição dos postos de trabalho, a subtração de direitos trabalhistas e do trabalho análogo à de escravo?

O Estado brasileiro assumirá seu papel de protagonista para envolver trabalhadores, empresários e sociedade civil organizada, para atingir o desenvolvimento humano, onde às gerações



do presente e futuras tenham uma vida próspera e de plena realização pessoal, sem pobreza e fome, livre do medo e da violência?

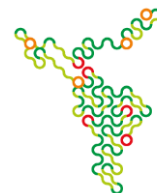
5 ABORDAGEM TEÓRICA DO OBJETO

Trabalho tem inúmeros significados e ao longo do tempo passou por diversas transformações. Albornoz (1992, p. 8) faz uma constatação emblemática e atualizada sobre o tema trabalho, onde afirma:

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. As vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mais que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas.

O trabalho realmente pode significar dor e/ou sofrimento e, ao mesmo tempo, realização e crescimento pessoal, produção de bens e serviços úteis para o desenvolvimento humano. O atual relatório traz uma menção de felicidade quando se tem um trabalho criativo, apesar de ser difícil traçar uma relação trabalho–satisfação–felicidade, mas sabe-se que sem trabalho essa felicidade é reduzida. O problema inquietante é que teremos muitos trabalhadores sem trabalho e como isso deve ser enfrentado pela sociedade e Estado é o grande nó crítico da atualidade. Gonzaguinha (2010) em um trecho de sua canção aponta uma situação que milhões de homens e mulheres passam:

[...] Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E a vida é trabalho
E sem o seu trabalho
Um homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata
Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz.



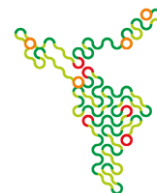
O tema trazido pelo RDH de 2015, o trabalho como motor do desenvolvimento humano, afirma que o trabalho tem contribuído para os êxitos alcançados no domínio do desenvolvimento humano e tem um valor social que vai para além dos ganhos dos trabalhadores.

O RDH de 2015 é o último relatório dos objetivos de desenvolvimento do milênio – ODMs, que estabeleceu 08 objetivos e 18 metas socioeconômicas para combater a fome e a pobreza no mundo, onde 13% da população mundial ainda vive em extrema pobreza, 800 milhões de pessoas passam fome e 2,4 bilhões não têm acesso a saneamento básico (ONUBR, 2016). Como não foi possível atingir tais objetivos, em setembro de 2015 os países membros das Nações Unidas divulgam novos objetivos e metas rumo ao Desenvolvimento Sustentável com uma agenda até 2030 (PNUD, 2016b).

Como se vê não é uma tarefa fácil e se faz necessário um esforço conjunto para superação dos desafios colocados e das propostas contidas no RDH de 2015 com vista à redução das desigualdades e rumo ao trabalho sustentável conforme descritos abaixo e elaborados por Atkinson (2015):

- O Governo deverá prestar maior atenção aos monopólios e à política da concorrência.
- Os sindicatos deverão ser reforçados, a fim de representar os interesses dos trabalhadores.
- O Governo deve disponibilizar no setor público emprego remunerado ao nível do salário mínimo a possíveis interessados, em áreas como o fornecimento de refeições ao domicílio, a prestação e cuidados a idosos e a crianças e outros afins.
- Além de um salário mínimo, deverá existir um enquadramento que permita restringir as remunerações de nível mais elevado. Algumas empresas impuseram voluntariamente uma limitação da remuneração dos executivos a 65 ou 75 vezes a remuneração média na empresa.
- Os impostos sobre rendimentos individuais deverão ter maior progressividade, com uma taxa máxima de 65 por cento.
- Todas as crianças devem receber um pagamento a título de “abono de família”, para ajudar a mantê-las fora da pobreza (apud PNDU, 2015, p. 190)

Nestas propostas observa-se que o estado tem um papel fundamental na condução desse processo, além dos sindicatos que deverão ser fortalecidos para bem representar suas categorias rumo a conquistas e manutenção de direitos. Rezende (2007), contextualiza as reflexões de Zygmunt Bauman (1925) e Celso Furtado (1920- 2004) no artigo “A globalização e os desafios da ação política



num contexto de concentração de riqueza e de poder” e revela que é possível uma ação coletiva para construção de um novo contrato social, exigindo um diálogo mundial e nacional:

Verifica-se, então, que os escritos de Bauman e de Furtado contêm elementos de grande importância para a compreensão do mundo hoje. A preocupação dos dois com a politização da esfera pública, com a distribuição de rendas, com o papel fundamental que tem o Estado nacional na regulação de um processo desconcentrador de riquezas, com a necessidade de emergir ações coletivas voltadas para impulsionar uma consciência e um agir empenhado para remover as injustiças sociais, revela que há muitos pontos em comum nos seus livros (REZENDE, 2007, p. 40).

Não existe uma receita para que este contrato social se concretize e como os autores acima epigrafados afirmaram “a história é um processo aberto e, portanto, as ações políticas, ao longo do século XXI, é que indicarão se os novos desafios serão ou não enfrentados em favor daqueles que, como afirma Bauman, têm a sua vida governada pelo caos cotidiano.” (apud REZENDE, 2007, p. 41).

6 OBJETIVOS

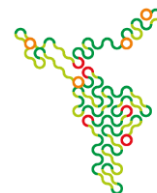
O objetivo desta pesquisa é analisar o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2015 – O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano - para identificar e compreender as propostas, no campo do trabalho, sugeridas aos líderes mundiais.

Verificar em que país ou comunidade econômica ocorreu avanços ou recuos no combate às desigualdades tendo como base o trabalho sustentável e diagnosticar quais atores o Estado ou a Sociedade civil (sindicatos, associações de trabalhadores ou outras) foram protagonistas da implantação ou não das mudanças sociais propostas no RDH de 2015.

Mapear no interior do RDH de 2015 os diagnósticos e prescrições acerca do trabalho como motor do desenvolvimento humano sustentável.

Identificar quais são os sujeitos sociais, para os elaboradores dos RDHs, que devem levar a cabo processos de mudança no mundo do trabalho.

Averiguar quais são os sujeitos de mudança, segundo os autores do RDH de 2015, no mundo do trabalho e como eles serão capazes de enfrentar a diminuição dos postos de trabalho e a subtração dos direitos dos trabalhadores.



7 JUSTIFICATIVA

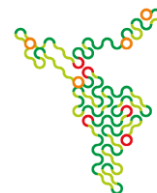
Justifica-se o presente trabalho de pesquisa, pois apresenta um tema atual e abrangente quanto as demandas socioeconômicas que impactam na vida de homens e mulheres de todo o mundo. O trabalho sustentável como motor de desenvolvimento humano tem em seu escopo a quebra de paradigmas e a forma como é conduzida a economia e a produção de bens duráveis, de consumo e serviços, colocando as pessoas e o bem-estar social como prioridades.

8 PROCEDIMENTOS

Esta pesquisa, em função da metodologia, tem uma abordagem teórica e como procedimento técnico a análise documental, pois segundo Lakatos e Marconi, 2010, “ A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 157).

O material a ser utilizado será:

- O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2015, divulgado pelo PNUD;
- A Agenda da classe Trabalhadora para um projeto Nacional de Desenvolvimento, com Soberania, Democracia e Valorização do Trabalhador, versão de junho de 2015 – concebida pelas centrais sindicais brasileiras;
- Agenda Legislativa para as Relações de Trabalho, Edição 1 – 2015 – Elaborada pela Central Única dos Trabalhadores;
- Caderno de Resoluções do 12º Congresso da Central Única dos Trabalhadores realizado de 13 a 17 de outubro de 2015, São Paulo – SP;
- Outros materiais poderão ser utilizados para ajudar na compreensão do tema e análise conjuntural como jornais, revistas, boletins e documentos do PNUD/OIT/OMC/UNESCO, bem como entidades de representação de classe internacionais.



Segundo Rezende (2010), esses materiais serão tomados como capazes para elucidar as práticas sociais e políticas dos principais atores envolvidos ao tema, porque eles englobam, seguindo orientações de Tim May em Pesquisa Social (2004), explicitam a sedimentação de determinadas práticas sociais.

Para confirmar que a técnica metodológica está correta, Gil, (2002, p. 46) afirma:

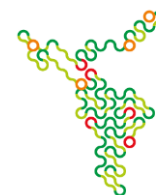
A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

9 CONCLUSÕES

O objeto deste trabalho está andamento e podemos observar as ações dos atores envolvidos nesta discussão, onde os empresários apresentaram 101 proposta para modernização trabalhista, representados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2012) e encaminharam ao Congresso Nacional para implementá-las. Já os trabalhadores por meio das Centrais Sindicais elaboraram a Agenda da Classe Trabalhadora para um projeto Nacional de desenvolvimento, com soberania, democracia e valorização do trabalho (MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO, 2015), encaminhando-as também ao Legislativo Brasileiro para serem aprovadas. O governo Federal, 13/07/2017, sanciona a Reforma Trabalhista (G1-POLITICA, 2017).

Para o movimento sindical a Reforma Trabalhista atende aos interesses do empresariado e enfraquece os sindicatos e vai em direção oposta ao RDH -2015, no entanto, para o Governo e Empresários essa reforma possibilita a oferta de produtos e serviços a preços acessíveis aos consumidores, e a geração de mais e melhores empregos, com crescimento econômico e transformação social.

REFERÊNCIAS



ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1992. Disponível em: <<https://brito964.files.wordpress.com/2013/06/o-que-c3a9-trabalho-suzana-albornoz.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2016.

BOLZON, A. **O que é mesmo um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH)?** 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-o-que-e-mesmo-um-relatorio-de-desenvolvimento-humano-rdh-andrea-bolzon-coordenadora-do-rdh-pnud-brasil/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

CNI. **101 Propostas para Modernização Trabalhista**. ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, 2012. ISSN 349-2. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/informac/arquivos/cniprop.pdf>>. Acesso em: 10 Setembro 2017.

G1-POLITICA. **Temer sanciona texto da reforma trabalhista em cerimônia no Planalto**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-sanciona-texto-da-reforma-trabalhista-em-solenidade-no-planalto.ghtml>>. Acesso em: 13 agosto 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZAGUINHA. **Um homem também chora (Guerreiro menino)**. 2010. Disponível em: <<https://musicasbrasileiras.wordpress.com/2010/05/25/um-homem-tambem-chora-guerreiro-menino-gonzaguinha/>>. Acesso em: 13 out. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO. **Agenda da Classe Trabalhadora para um Projeto Nacional de Desenvolvimento, com soberania, democracia e valorização do trabalho**. *Conferência Nacional da Classe Trabalhadora/Assembléia Nacional*, São Paulo, junho 2015. Disponível em: <cedoc@cut.org.br>. Acesso em: 18 Julho 2016.



OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **O que é trabalho decente.** Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/o-que-e-trabalho-decente>>. Acesso em: 12 out. 2016.

ONUBR - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **ONU divulga 1º relatório de acompanhamento dos objetivos do desenvolvimento sustentável.** 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-divulga-1o-relatorio-de-acompanhamento-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 28 set. 2016.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento (PNUD, 2015) humano e IDH.** 2016a. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 16 set. 2016.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Os objetivos de desenvolvimento sustentável:** dos ODM aos ODS. 2016b. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 13 out. 2016.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **RDH - Relatório do desenvolvimento humano 2015:** o trabalho como motor do desenvolvimento humano. New York, 2015. Disponível em: <<http://fae.br/portal/wp-content/uploads/2016/09/Relat%C3%B3rio-do-Desenvolvimento-Humano.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

REZENDE, M. J. **A globalização e os desafios da ação política num contexto de concentração de riqueza e de poder:** as reflexões de Zygmunt Bauman e as de Celso Furtado. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/estsoc/v15n30/v15n30a1.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2016.

REZENDE, M. J. R. **Os RDHs (Relatório do Desenvolvimento Humano) produzidos pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) entre 2001 e 2010 e a exposição das dificuldades de cumprimento das metas socioeconômicas denominadas do Milênio) da ONU.** Londrina: UEL, 2010. Projeto de pesquisa.